

Decisão do STF reafirma a fidelidade partidária

PÁGINAS 10 E 11



Plenário do Supremo: ministros decidiram na quinta-feira passada, por 8 votos a 3, que mandato eletivo pertence ao partido, não ao parlamentar

Rito em quebra de decoro terá mudanças

■ A CCJ aprovou, na última quarta-feira, projeto de resolução que determina o afastamento compulsório, dos cargos na Casa, de senadores processados por quebra de decoro parlamentar a partir de 2008

■ Plenário aprovou o fim da sessão secreta em caso de cassação de senador. Tramitam ainda propostas que determinam votações também abertas para decidir cassação de mandato

PÁGINAS 4 E 5

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

cidadania

Fies financia 50% da mensalidade do curso superior

Desde sua criação em 1999, o Programa de Financiamento Estudantil já beneficiou mais de 450 mil estudantes. Veja nesta edição do Especial Cidadania quais são as regras e como candidatar-se ao financiamento.

PÁGINA 16



Obra do Dnit em Goiás: empresas de engenharia resistem ao texto que obriga as obras de até R\$ 3,4 milhões a passar pelo pregão

Pregão eletrônico vai à votação na CAE

PÁGINA 2

CCJ: saída de Simon e Jarbas gera protestos

PÁGINA 12

Comissão ouve auditor e dono da Pagrisa

PÁGINA 9

ORÇAMENTO Chega ao Senado projeto que regulamenta fundo voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico

Estimativa de receita para 2008 sai nesta semana

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse, durante audiência da Comissão Mista de Orçamento (CMO) em João Pessoa, que irá entregar nesta semana seu relatório com a nova estimativa da receita da União para 2008. Apesar de não antecipar uma previsão, o presidente do colegiado, senador José Maranhão (PMDB-PB), sinalizou que a reavaliação que está sendo feita por Dornelles deve permitir abrigar o maior número de sugestões de emendas apresentadas nas audiências regionais.

Para dar uma idéia, só na audiência na capital paraibana foram apresentadas 177 sugestões de emendas que devem ser encaminhadas aos parlamentares do estado. "Foi um recorde", disse Maranhão.

Pelas novas regras que disciplinam o funcionamento da comissão (Resolução 1/06, do Congresso), o relator só poderá apresentar uma reavaliação da receita que foi encaminhada pelo governo federal, no montante de R\$ 682,8 bilhões, se considerada a arrecadação

tributária e patrimonial da União.

O valor revisto pelo relator da receita poderá ser atualizado uma única vez. Esse ajuste, segundo o consultor-geral do Orçamento, Fábio Gondim, poderá ser feito até dez dias após a aprovação do parecer preliminar do relator do Orçamento, com base na atualização de parâmetros, como os índices que medem a inflação. O consultor

Valor revisto pelo relator poderá ser atualizado uma única vez

lembra que, antes da Resolução 1, o relator fazia quantas reestimativas julgasse necessário, inclusive às vésperas da votação do relatório final.

Essa possibilidade recebia muitas críticas dos integrantes da comissão, porque nunca se sabia ao certo o volume de recursos que cabia aos relatores setoriais e ao relator-geral do Orçamento. Isso acabava, na avaliação desses parlamentares, reforçando ainda mais o poder do relator-geral em detrimento dos setoriais na fase das negociações sobre as emendas. A reestimativa de receita a ser divulgada por Dornelles deverá ser inferior à do ano passado.

José Maranhão destaca prioridades para a Paraíba

Durante a última audiência pública da Comissão Mista de Orçamento na região Nordeste, em João Pessoa, o presidente do colegiado, José Maranhão, explicou as prioridades que foram asseguradas para o estado no Orçamento do próximo ano, com investimentos de R\$ 345 milhões. O senador chamou atenção para o valor de R\$ 1,076 bilhão para a transposição do rio São Francisco orçado para

2008, sem distinguir o que será aplicado especificamente no estado.

Além disso, uma das principais obras federais para a Paraíba, na avaliação de Maranhão, é a duplicação da BR-101, que deve receber R\$ 100 milhões só dentro do estado. A ampliação da estrada, que interliga João Pessoa às capitais de Rio Grande do Norte e Pernambuco, deverá alavancar o turismo no estado.

Juro menor deve reduzir previsão de despesas

A queda dos juros fará com que a União, em 2008, comece um novo período orçamentário, com uma programação de despesas em patamar inferior ao projetado para o ano antecedente. A observação foi feita na quinta-feira, em Salvador, pelo relator da proposta orçamentária para 2008, deputado José Pimentel (PT-CE). Ele notou que o projeto do Executivo chegou ao Congresso com uma previsão de gastos da ordem de R\$ 1,36 trilhão, enquanto a proposta para 2007 somava R\$ 1,41 trilhão.

— O governo vai pagar menos juros [da dívida pública] do que no ano anterior, o que só é possível devido à taxa inferior a 12% ao ano — registrou Pimentel.

Audiência em Fortaleza tem grande mobilização

Com mais de 70 sugestões de emendas, principalmente ao projeto da lei orçamentária de 2008, a audiência da Comissão de Orçamento realizada na segunda-feira em Fortaleza foi considerada a de maior mobilização popular entre as cinco ocorridas até agora, segundo os técnicos do colegiado. A maior parte dos pedidos foi direcionada para o atendimento dos perímetros irrigados no âmbito do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). O deputado José Pimentel (PT-CE), relator do Orçamento 2008, adiantou que irá promover reunião com as bancadas do Nordeste, além das de Minas Gerais e Espírito Santo, para discutir a apresentação de emendas para fortalecer o Dnocs.



O consultor-geral Fábio Gondim (D) apresenta o Portal do Orçamento aos senadores e deputados

Senado lança Portal do Orçamento da União

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lançou na terça-feira o Portal do Orçamento, um espaço na página do Senado na internet dedicado a detalhar informações sobre os orçamentos federais. Renan afirmou que o portal é mais um passo do Senado para tornar mais transparente os gastos dos impostos recolhidos pela União.

No portal, as pessoas podem ter acesso a detalhes até de repasses de verbas federais para estados, prefeituras, entidades privadas e ONGs. Não há senhas e o detalhamento chega ao ponto de informar o número da conta bancária em que foi feito algum depósito. As pessoas podem inclusive fazer pesquisas por áreas de interesse.

O Portal do Orçamento foi preparado nos últimos 12 meses por apenas três técnicos da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), orientados por consultores de Orçamento da Casa. Cabe à Consultoria de Orçamentos,

Fiscalização e Controle do Senado (Conorf) abastecer o portal. Lá estão informações dos orçamentos federais desde o ano 2000.

Os interessados podem obter dados sobre o que o Orçamento de 2007 reserva para determinada prefeitura e se o dinheiro já foi liberado. A execução do Orçamento é colocada na internet à medida que os dados são disponibilizados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal.

Também já estão na página o projeto de lei do Orçamento de 2008 que o presidente Lula enviou ao Congresso no final de agosto. Nos próximos três meses, o portal colocará todas as modificações que o Congresso deve fazer no Orçamento. Em tempo: o portal informa inclusive as emendas feitas por deputados e senadores.

Os consultores do Senado, em parceria com organizações da sociedade civil, criaram ainda orçamentos temáticos, que facilitam as consultas às áreas sociais. O trabalho abrange não apenas a Lei Orçamentária Anual (LOA), mas o Plano Plurianual (PPA), de quatro anos. Assim, estão disponíveis dados sobre ações voltadas para crianças, mulheres e minorias (indígenas, quilombolas etc.).

Ao apresentar o portal, o consultor-geral do Orçamento, Fábio Gondim, explicou que o Senado já oferecia informações sobre os orçamentos e sua execução dentro do espaço Siga Brasil, mas ele é destinado a pessoas da área orçamentária. A maior parte dos acessos é feita por órgãos da administração pública federal (exige senha). O Siga Brasil continuará na página do Senado.

Página permite conhecer até a detalhes de repasses federais

Renan afirma que portal facilita controle social

Em discurso durante a cerimônia de lançamento do Portal do Senado na terça-feira, o presidente da Casa, senador Renan Calheiros, afirmou que o advento do portal significa que o Senado está "facilitando o controle social dos gastos públicos". O presidente disse que a nova ferramenta proporciona controle social qualificado, "pois fortalece o papel da cidadania na cobrança de resultados dos gestores públicos".

Renan informou que a Secretaria de Relações Institucionais

do Senado está incumbida de buscar integração com outros órgãos governamentais para que a utilização do portal seja compartilhada, inclusive com cursos a serem promovidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e Interlegis.

Também em discurso, o atual presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), José Maranhão, comemorou o lançamento do portal, que, de acordo com o senador, "tornará acessíveis a todos as informações do Orçamento".

Para o senador, o Portal do Orçamento será um "importante instrumento de apoio à gestão das políticas públicas" em todo o país, pois eleva a transparência dos gastos públicos e aumenta o controle social.

Participaram da cerimônia de lançamento o ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União (CGU); o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid; e, representando o ministro Guido Mantega, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado.

Ministro pede dinheiro para esporte em escola

Em encontro na semana passada com o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o ministro do Esporte, Orlando Silva, pediu que o colegiado estude a possibilidade de incluir, entre as emendas a serem apresentadas ao projeto de Orçamento da União para 2008 pela comissão, recursos destinados a melhorar a

infra-estrutura esportiva das escolas brasileiras, especialmente das públicas.

Cristovam disse que, a partir das prioridades apresentadas pelo governo e analisadas por técnicos do Senado e do ministério, a comissão vai decidir sobre as emendas orçamentárias. O senador ressaltou que a CE tem interesse em apresentar emen-

das em favor do esporte, porque, para ele, esse setor, juntamente com a cultura, complementa a educação.

Silva garantiu que a prioridade do ministério é o investimento nas escolas brasileiras, com a instalação de equipamentos esportivos. Ele informou que quase a metade das escolas não tem infra-estrutura esportiva.

PLENÁRIO Senadores apóiam votação ostensiva para cassação de mandato, mas falta consenso sobre outros casos

FOTOS: LEOPOLDO SILVA



Renan e líderes da base aliada (foto à esq.) debateram com líderes oposicionistas propostas que alteram o rito de decisões da Casa



Exame de vetos marca debate sobre adoção de voto aberto

A conveniência do voto aberto para o exame de vetos presidenciais a matérias aprovadas pelo Parlamento foi o tema central da discussão realizada pelo Plenário em torno das propostas de emenda à Constituição (PECs) que instituem votações abertas em decisões do Senado, da Câmara e do Congresso Nacional (sessões conjuntas). Durante a ordem do dia da sessão da última terça-feira, transcorreu a segunda das cinco sessões de debates para apreciação das PECs 38/04, 50/06 e 86/07 em primeiro turno.

Do ponto de vista formal, a PEC debatida foi a 38, apresentada em 2004 pelo então senador Sérgio Cabral, mas, como o tema das três é o mesmo, as manifestações dos senadores serviram para as outras duas propostas: a PEC 50, apresentada em 2006 por Paulo Paim (PT-RS), e a PEC 86, apresentada este ano por Alvaro Dias (PSDB-PR).

Os senadores Paim, Aloizio

Mercadante (PT-SP) e Renato Casagrande (PSB-ES) foram os únicos a sustentar o voto aberto para todas as deliberações parlamentares. Os demais senadores defenderam votações abertas para a cassação de mandato de senador ou deputado, mas argumentaram em favor de decisão secreta em algumas situações, especialmente o exame de vetos presidenciais.

– O poder do presidente da República no Brasil é escandaloso. Nenhum veto seria derrubado com voto aberto porque as bases de apoio ao governo ficariam expostas – avaliou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que também defendeu o voto secreto para a aprovação de ministros dos tribunais superiores, de forma a “dar mais conforto ao parlamentar”, já que esses ministros podem vir a julgar congressistas no futuro.

No mesmo sentido argumentou

o líder do DEM, senador José Agripino (RN).

– No caso dos vetos, o voto secreto é uma defesa dos interesses da sociedade que o governo pode eventualmente não reconhecer – observou.

Fim de votações secretas em todas as decisões divide senadores

Paulo Paim criticou esses pontos de vista ao argumentar que o parlamentar não pode ter medo de derrubar veto a um projeto no qual votou de forma aberta. Por isso

chamou de “reforma capenga” a instituição parcial do voto aberto. Ele observou, ainda, que, em 21 anos como congressista, apenas um veto foi derrubado, e por acordo com o próprio Executivo.

– Também não vejo por que receio de votar em aberto para a aprovação de autoridades. Quem dá procuração ao parlamentar é o eleitor e não a autoridade cujo nome está sendo examinado – acrescentou Paulo Paim,

ao esclarecer que já praticam o voto aberto amplo as assembleias legislativas de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Também o senador Renato Casagrande ressaltou que a Assembleia Legislativa do Espírito Santo aboliu o voto secreto em suas deliberações.

Já o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a votação secreta para vetos presidenciais por entender que o parlamentar é frágil perante o poder do Executivo. Valadares foi o relator da PEC 38 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Nessa condição, conseguiu a aprovação de substitutivo ao projeto de Sérgio Cabral, limitando o voto aberto à cassação de mandato e à aprovação de chefe de missão diplomática permanente.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que a matéria poderá voltar à Comissão de Justiça, caso sejam oferecidas emendas em Plenário.

Aprovada indicação de Pagot para direção do Dnit

Por 42 votos a favor, 24 contra e 2 abstenções, o Plenário aprovou a indicação de Luiz Antônio Pagot para ocupar a direção geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A votação já fora iniciada por duas vezes, em dias anteriores, mas em ambas foi adiada devido à falta de quórum.

A oposição era contrária à indicação pelo fato de Pagot ter trabalhado no Senado, como secretário parlamentar de Jonas Pinheiro (DEM-MT) e do então senador Blairo Maggi, entre 1995 e 2002, ao mesmo tempo em que era diretor-superintendente da Hermosa Navegação da Amazônia S/A, empresa do grupo empresarial de Maggi com sede em Itacoatiara (AM).

Pagot é o primeiro suplente do senador Jayme Campos (DEM-MT), que foi relator da indicação do Executivo na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Antes da votação, o senador Mário Couto (PSDB-PA) apresentou requerimento em que fazia diversos questionamentos sobre a atuação pregressa do indicado, mas o requerimento foi indeferido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. De acordo com Renan, todas as

questões apresentadas já haviam sido respondidas.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, afirmou da tribuna que seu partido “cobrará duramente àqueles que fizerem a opção de aprovar este nome, tão cercado de suspeitas”. A administração de Pagot, acrescentou, não poderá praticar qualquer deslize, uma vez que estará sendo fiscalizada de perto pelo PSDB.

Jayme Campos disse esperar que Luiz Antônio Pagot “faça um trabalho exemplar” no Dnit. Por sua vez, Jonas Pinheiro (DEM-MT) destacou que o órgão terá um diretor-geral “operoso, honesto e trabalhador”.

Senadores acolhem nome de Paulo Lacerda para Abin

A indicação de Paulo Lacerda, ex-diretor da Polícia Federal (PF), para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi acolhida em Plenário, com 50 votos favoráveis, 9 votos contrários e 2 abstenções. A indicação já havia sido previamente aprovada na Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde foi relatada por Romeu Tuma (DEM-SP).

Nascido em Anápolis (GO), Paulo Lacerda é bacharel em Direito, com

cursos de especialização e aperfeiçoamento nas áreas de segurança pública e inteligência. Ingressou na Polícia Federal em 1975, sendo delegado por 20 anos, até chegar ao posto de diretor-geral da instituição em 2003.

do indicado. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse desejar que o ex-diretor da Polícia Federal faça uma gestão democrática à frente da Abin.

Romeu Tuma lembrou que a reforma da agência foi iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso e que o presidente Lula está dando continuidade a esse trabalho. Nesse sentido, Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu o aprimoramento dos mecanismos de controle das ações da Abin.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), a agência é um órgão estratégico e Paulo Lacerda “é sério, competente e discreto”, opinião compartilhada por José Agripino (DEM-RN), para quem o policial “tem uma folha de serviços impecável”.

Também se manifestaram os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Marisa Serrano (PSDB-MS), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Mão Santa (PMDB-PI).

Plenário acolhe acordos internacionais

Por acordo de lideranças, o Plenário aprovou 16 projetos de decreto legislativo referentes a acordos e convenções internacionais, entre os quais o PDS 503/06, firmado entre o Brasil e Portugal, que visa facilitar a circulação de pessoas entre os dois países.

Também recebeu aprovação o PDS 502/06, que confirma os termos de convenção referente a inspeção das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores marítimos. Os senadores aprovaram ainda o PDS 4/07, relativo ao texto da convenção das Nações Unidas que trata do Direito do Mar. Os projetos serão encaminhados para promulgação.

Senado prestará homenagem a Che Guevara

No próximo dia 23, o Senado homenageará, em sessão especial, a memória do líder revolucionário Ernesto Che Guevara, por requerimento do senador José Nery (PSOL-PA) aprovado em Plenário. O assassinato do líder pelo Exército boliviano completou 40 anos no último dia 8. Também foi aprovada homenagem ao 71º aniversário de nascimento e a passagem de um ano da morte de Ramez Tebet, que foi senador por Mato Grosso do Sul e presidente da Casa. A homenagem será no dia 7 de novembro.

E no dia 16 próximo o Senado fará homenagem ao Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, comemorado em 13 de outubro.

Medida provisória tranca pauta

Após aprovação pela Câmara dos Deputados, a Medida Provisória 381/07 chega ao Senado e passa a ter prioridade nas votações em Plenário. A matéria abre crédito extraordinário de R\$ 6,32 bilhões para órgãos do Executivo. A entrada da MP impede a votação de qualquer matéria em exame no Plenário, exceto indicações de autoridades. A pauta tem 39 itens, entre os quais duas indicações para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e dez propostas de emenda à Constituição.

COMISSÕES

Julgamento rápido para ação em foro privilegiado

O julgamento de ações penais em que há foro especial por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado, poderá ser agilizado. Medida nesse sentido foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com substitutivo apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao PLS 281/07, de Eduardo Suplicy (PT-SP), ficará suspensa, após concluída a respectiva fase de instrução, a prescrição das ações antes da decisão final. A matéria será submetida a turno suplementar de votação na comissão.

Entre os beneficiados pelo foro especial estão o presidente e o vice-presidente da República, senadores e deputados federais, ministros de Estado, governadores e determinados magistrados. Nos casos de crimes comuns e de responsabilidade, essas autoridades só podem ser julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).



Substitutivo de Jefferson Péres suspende prescrição após fase de instrução

Ao justificar o projeto, Eduardo Suplicy ressalta que os críticos desse foro especial o apontam como um incentivo à impunidade para os crimes comuns e de responsabilidade, "haja vista uma espécie de arraigada tradição, nas cortes superiores, de postergar indefinidamente a decisão final nesses tipos de feito".

O parlamentar frisa que os defensores do foro especial indicam a necessidade de "preservar as autoridades públicas mais eminentes da nação, impedindo, por exemplo, que o presidente da República seja afastado do cargo por qualquer juiz de primeira instância ou que um ministro de Estado seja processado por um sem-número de varas".

Suplicy manifestou sua concordância com o substitutivo elaborado por Jefferson Péres. O senador pelo Amazonas declarou que suas modificações foram feitas para adequar a matéria aos critérios de constitucionalidade e juridicidade.

O projeto original acrescentava um artigo ao Código de Processo Civil para determinar que, em caso de ação relacionada a foro privilegiado, o respectivo tribunal teria o prazo de 180 dias para julgá-la, após o qual ficaria sobrestado o processamento de todas as demais causas que nele estivessem tramitando.

Em seu substitutivo, Jefferson Péres retirou esse artigo, trocando-o por outro que prevê alterações na Lei 8.038/90, que institui normas para os processos sobre os quais o STJ e o STF têm competência originária para julgar.

Comissão suspende artigo de código do RJ

Projeto de resolução que suspende a execução de artigo do Código Tributário do estado do Rio de Janeiro, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue para votação pelo Plenário.

O STF considerou inconstitucional o artigo 250 do Decreto-Lei 5, de 1975, do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o dispositivo contraria o inciso 55 do artigo 5º da Constituição federal, que assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, "com os meios e os recursos a ela inerentes".

Parecer favorável a cargos no TRT do Rio Grande do Norte

Parecer favorável ao projeto de lei que convalida 186 cargos comissionados que foram criados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, sediado no estado do Rio Grande do Norte, foi acolhido pela CCJ. A proposta é de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A matéria (PLC 66/07), já aprovada na Câmara dos Deputados, segue para exame no Plenário. Segundo o relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), "há tempos foram criados vários cargos comissionados naquele tribunal, assim como em outros lugares do país, mas o Tribunal de Contas da União, o TCU, ordenou que fosse obedecido o processo legislativo". Ao anunciar seu voto favorável, Demostenes lembrou que os cargos já foram ratificados pelo plenário do TST e pelo Conselho Nacional de Justiça.



Argumentação de Jarbas Vasconcelos (E), relator da matéria na CCJ, é acompanhada por Maciel

Aprovado afastamento em caso de processo

O senador ocupante de cargo de corregedor, integrante do Conselho de Ética, membro da Mesa e presidente de comissões deverá deixar o cargo caso responda a processo por quebra de decoro parlamentar. Projeto de resolução nesse sentido foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e ainda será votado pelo Plenário.

Houve muito debate para a elaboração do texto final do projeto (PRS 37/07) do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que foi relatada por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Uma das principais medidas estabelecidas pela proposta é a vigência de seus efeitos, que começará no dia 1º de janeiro de 2008 e não é retroativa, ou seja, só senadores que enfrentem processo no conselho a partir dessa data é que terão afastamento compulsório de seus cargos.

Outra mudança estabelecida pelo parecer final de Jarbas Vasconcelos determina que o relator

de processo contra senador, no Conselho de Ética, será escolhido por sorteio, excluindo-se os senadores do mesmo partido do acusado e do autor da representação.

O processo de recebimento de representação contra senador, segundo o texto, deverá ter o seguinte trâmite: a representação será recebida pela Mesa do Senado, que remeterá a questão para o Conselho de Ética. No conselho, será escolhido um relator para avaliar a admissibilidade da representação. Admitida a representação, instala-se o processo no colegiado e um relator – que poderá ser o mesmo – será escolhido para dar seu parecer sobre o assunto. No final, esse parecer será votado pelo conselho em escrutínio aberto.

– O projeto aprovado não retroage, e não atinge Renan Calheiros [presidente do Senado, que enfrenta processos por quebra de decoro]. Só se houver uma representação nova contra ele a partir da vigência da lei – expli-

cou Jarbas Vasconcelos.

Delcídio Amaral explicou que, quando o conselho votar pela admissibilidade da representação, será aceita de imediato a denúncia contra o senador acusado, que terá que se afastar dos cargos de direção na Casa ou de comissões técnicas.

O presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), observou que o acordo para aprovar a matéria foi muito positivo.

– Tancredo Neves costumava dizer que a história de uma nação é também a história de suas crises. Devemos sair dessa crise. Esse acordo foi algo muito positivo, que vai concorrer para que possamos iniciar um novo estágio de nossa vida republicana – afirmou Maciel.

Por sugestão de Aloizio Mercadante (PT-SP), o substitutivo de Jarbas também estabelece que haverá um prazo para o julgamento da representação contra senador, para que seu julgamento seja feito dentro de um limite estabelecido.

Senadores elogiam em Plenário decisão da Comissão de Justiça

O senador Jarbas Vasconcelos considerou uma vitória do Senado a aprovação do projeto do senador Delcídio Amaral.

– Precisamos de medidas moralizadoras, e a aprovação do afastamento automático do senador que estiver sob investigação é um avanço, uma vitória tanto política como ética – afirmou.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), o substitutivo aprovado é "uma boa novidade". Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) destacou que a medida não é nenhum tribunal de exceção ou "caça às bruxas".

– Estamos apenas regulamentando aquilo que nunca foi regulamentado – frisou Jereissati.

A matéria é "absolutamente relevante para o Senado", comentou Aloizio Mercadante (PT-SP), enquanto o líder do DEM, José Agripino (RN), observou que a instituição deve ser protegida sem tutelas nem arbítrios.

O autor do projeto, Delcídio Amaral, a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), e o líder do governo, Romero Jucá (RR), também elogiaram a medida. Jucá, entretanto, apresentou um substitutivo aproveitado em parte no relatório de Jarbas Vasconcelos.

Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Sibá Machado (PT-AC), Demostenes Torres (DEM-GO), Marconi Perillo (PSDB-GO), Jefferson Péres (PDT-AM), Valter Pereira (PMDB-MS) – vice-presidente da Comissão de Justiça –, Romeu Tuma (DEM-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Valdir Raupp (PMDB-RO) também apoiaram a medida.

O único senador que criticou a decisão na reunião da CCJ foi Wellington Salgado (PMDB-MG), que declarou se tratar de uma "cartilha para derrubar o presidente da Casa".

Líder do PMDB troca Simon e Jarbas por Duque e Almeida Lima

Na última quinta-feira, o líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), substituiu, na Comissão de Justiça, os senadores Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE) por Paulo Duque (RJ) e Almeida Lima (SE), respectivamente.

A decisão causou protestos de Cristovam Buarque (PDT-DF), que defende a renúncia coletiva dos integrantes da CCJ, de forma a explicitar o que considera uma "manipulação" do Senado pelo grupo ligado ao presidente Renan Calheiros.

Presidente do colegiado, o senador Marco Maciel divulgou nota em que manifesta "estranheza" com relação à decisão e afirma que o procedimento "não está em harmonia com as tradições da Casa" (leia mais na página 12).

ÉTICA

Almeida Lima relatará quarto processo

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) será o relator do processo que o presidente do Senado, Renan Calheiros, responde no Conselho de Ética por acusação de envolvimento em suposto esquema de propinas, juntamente com o empresário Luiz Garcia Coelho, para desviar recursos dos ministérios comandados pelo PMDB. O anúncio foi feito na quinta-feira passada pelo presidente do conselho, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que ainda não encontrou um nome para relatar outro processo, que apura se Renan teria comprado, em parceria com o usineiro João Lyra, mas por meio de "laranjas" e sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

– Estou tendo dificuldades para encontrar um relator para esse terceiro processo porque, além de essa não ser uma tarefa agra-



Simon, na foto com Casagrande e Demostenes, ponderou que a maioria no conselho não queria Almeida Lima (D) acumulando relatorias

dável, os senadores alegam estar bastante atarefados com seus trabalhos legislativos – afirmou Quintanilha.

Na segunda-feira passada, o presidente do conselho havia decidido pela unificação dos dois processos em um único procedimento e, para isso, tinha

nomeado Almeida Lima, que assumiria a relatoria conjunta. Quintanilha, no entanto, acabou revendo sua decisão no dia seguinte, durante a reunião do conselho, após ouvir argumentos de vários integrantes do colegiado discordando de sua iniciativa (veja reportagem abaixo).



Quintanilha decide não unificar processos

O presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha, resolveu na terça-feira, em reunião do colegiado, voltar atrás na sua decisão, tomada no dia anterior, de unificar as duas últimas representações (a terceira e a quarta) por quebra de decoro parlamentar contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, num único processo.

Com essa decisão, o senador Almeida Lima, que seria relator das duas representações unificadas, passará a relatar somente um dos processos (o que cuida da suposta arrecadação de propina em ministérios) e não mais os dois, como havia sido anunciado na segunda-feira.

A decisão de Quintanilha foi tomada após uma reunião de mais de três horas de duração,

onde quase todos os membros do conselho, além de outros parlamentares, criticaram a iniciativa de unificação dos processos. O presidente do Conselho de Ética afirmou que sua decisão pela unificação baseou-se no Regimento Interno da Casa e no Código de Processo Civil, que possibilitam, segundo ele, a junção de matérias que guardam conexão.

– A decisão pela unificação foi embasada na conexão entre os fatos: o representado é o mesmo [Renan] e o objeto também – quebra de decoro parlamentar – justificou Leomar Quintanilha.

Mas os senadores rebateram os argumentos e foram duros nas críticas, não só quanto à unificação dos processos, mas também em relação à indicação de Almeida Lima para relatá-los, já que o se-

nador é do mesmo partido de Renan e tem-se mostrado favorável ao colega.

– A dose do remédio foi exagerada e pode se transformar num veneno. Estamos aprofundando a crise que estamos vivendo no Senado – disse Renato Casagrande (PSB-ES).

O senador capixaba leu o artigo 251 do Regimento Interno para argumentar que “cada proposição, salvo emenda, terá curso próprio” e demonstrou sua preocupação pelo fato de que a unificação das matérias poderia gerar a nulidade dos processos.

Para evitar a possibilidade desse desfecho, Casagrande chegou a ameaçar entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão de Quintanilha.

João Pedro pede explicações à Schincariol

O senador João Pedro (PT-AM), relator do processo que apura denúncia de que o presidente do Senado, Renan Calheiros, teria feito tráfico de influência para favorecer a cervejaria Schincariol, enviou na sexta-feira aos representantes da empresa um ofício solicitando explicações sobre a compra de uma fábrica de refrigerantes do deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão de Renan.

A representação contra o presidente do Senado, protocolada pelo PSOL com base em denúncias da revista Veja, investiga se Renan teria intercedido a favor da Schincariol para quitar dívidas

da cervejaria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Receita Federal, depois de a empresa ter pago R\$ 27 milhões por uma fábrica de refrigerantes de Olavo Calheiros. Na reportagem, a revista afirma que a fábrica estava prestes a fechar, o valor não superava R\$ 10 milhões e as dívidas da Schincariol com o governo eram de cerca de R\$ 100 milhões.

Segundo João Pedro, o ofício tem como objetivo esclarecer algumas dúvidas a respeito dos valores pagos pela Schincariol na compra da fábrica de refrigerantes, bem como o motivo da aquisição e a forma de pagamen-

to estipulada em contrato.

– O objetivo é esclarecer a compra da fábrica, para construir minha convicção e a dos demais membros do conselho sobre essa matéria – explicou João Pedro em entrevista à imprensa.

O senador observou ainda que, na última reunião do Conselho de Ética, realizada na terça-feira, o processo que relata foi suspenso por 30 dias, com o objetivo de aprofundar as investigações sobre o caso e apresentar um relatório no mesmo dia em que forem analisados os outros dois processos a que Renan responde no colegiado por quebra de decoro parlamentar.

Colombo é escolhido para presidir a CPI das ONGs

A presidência da CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs) será exercida pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC). Em reunião aberta por Jefferson Péres (PDT-AM), mais velho senador presente, Colombo foi eleito por dez dos 11 titulares da CPI. Após assumir a direção dos trabalhos, ele informou que a comissão vai eleger o vice-presidente e o relator nesta terça-feira.

A CPI foi criada com o objetivo de apurar, no prazo de 120 dias, a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para ONGs e para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). O colegiado também vai investigar como os recursos foram utilizados por essas entidades, assim como outros recebidos do exterior, entre 1999 e 2006.

Ao cumprimentar Colombo pela eleição, Heráclito Fortes

(DEM-PI), autor do requerimento de criação da CPI, chamou atenção para a necessidade de a CPI não se pautar por interesses políticos, a fim de aprimorar o terceiro setor.

– Ao colher as assinaturas para a sua instalação [da CPI], o meu objetivo foi fazer com que o país passe a valorizar mais as atividades do terceiro setor – disse.



CPI presidida por Colombo irá investigar a liberação de recursos do governo às ONGs

Ideli Salvatti nega tráfico de influência no Planalto

“Não tenho compromisso com o ilícito”, foi como reagiu a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), tão logo tomou conhecimento de reportagem publicada pela revista Veja da semana passada. A revista acusa a senadora de usar influência política perante o Palácio do Planalto para repassar, entre maio de 2003 e março de 2007, R\$ 5,2 milhões à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-SC) a título de promover cursos de treinamento profissional.

Segundo a reportagem, a Polícia Federal suspeita de que parte desse dinheiro teria sido usada para bancar campanhas políticas de aliados petistas da senadora em Santa Catarina. Para justificar os gastos, dirigentes da federação teriam falsificado planilhas e criado “alunos-fantasma”. O que chama a atenção, de acordo com a revista, é que os principais envolvidos na suposta fraude “são correligionários, amigos ou assessores da senadora”.

Em nota à imprensa divulgada no domingo, Ideli Salvatti garan-

te que a sua atuação parlamentar é marcada pela defesa da agricultura familiar, responsável por 70% da produção de alimentos no país e por 40% das exportações dos produtos agrícolas.

Ideli afirma ainda que nunca apresentou emendas ao Orçamento em favor da Fetraf-SC, “mas, sim, emendas para fortalecer a organização dos agricultores familiares”. Ela pede ainda que sejam punidos aqueles que tenham cometido desvio de recursos públicos, originários de 18 convênios entre aquela federação e diversos ministérios.



Ideli Salvatti afirma que nunca apresentou emendas em favor de federação

Relator quer os papéis do caso de Gim

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) informou que vai requisitar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) os documentos relativos ao processo contra o senador Gim Argello (PTB-DF). Essa será sua primeira providência depois de ter sido nomeado relator da petição na qual o PSOL solicita que a decisão da Mesa do Senado, de arquivar a representação contra Gim, seja revista.

A designação de Valter Pereira para a relatoria

do processo foi feita no dia 27 de setembro pelo presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE). Valter Pereira tem o prazo regimental de 20 dias para apresentar seu relatório.

A Mesa arquivou em 21 de agosto a representação do PSOL que pedia a abertura de processo para investigar suposta participação de Gim, antes de assumir o mandato no Senado, no desvio de dinheiro do Banco de Brasília (BRB).

COMISSÕES

CAS aprova proposta que regulamenta greve de servidor

Projeto de Lei do Senado (PLS 84/07) que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na última quarta-feira. O senador Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta, afirmou que não haverá alteração no direito de greve dos servidores, apenas algumas categorias terão que manter plantões de emergência em serviços cuja ausência põe em risco a vida de cidadãos. A proposição, que tramita no Congresso há mais de 15 anos, vale apenas para serviços públicos.

– Não vamos precisar que o Executivo mande um projeto para cá sobre isso, nem que o Supremo Tribunal Federal crie jurisprudência sobre o assunto – disse Paim.

O projeto foi alterado pelo relator, Expedito Júnior (PR-RO), e segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

O texto define quais são os “serviços e atividades essenciais” no que se refere ao direito de greve. No projeto original, apenas serviços de “urgência médica necessários à manutenção da vida” se enquadrariam nessa categoria. Mas o relator incluiu os serviços de necropsia, liberação de cadáveres, exame de corpo de delito, distribuição de medicamentos do Sistema Único de Saúde, atividades policiais de segurança pública e penitenciária e serviço de controle do tráfego aéreo.

Em caso de greve, os responsáveis por esses serviços ficam obrigados a “organizar escalas especiais de plantão”. O relator retira o artigo que vedava a interferência de autoridades públicas, mesmo judiciárias, no exercício da greve.

– Essa vedação seria inconstitucional. Não se pode excluir do âmbito do Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direitos do cidadão – afirmou o relator.

CAE limita sustação de cheques pelos correntistas

A possibilidade de os correntistas sustarem cheques deve ser legalmente limitada, conforme projeto (PLS 371/07) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O autor, senador Gerson Camata (PMDB-ES), diz que seu objetivo é coibir a prática, “que consiste na devolução irregular de cheques assinados pelo emitente e imediatamente por ele mesmo sustados”, gerando prejuízos ao comércio.

A proposta altera a Lei do Cheque (Lei 7.317/85), teve voto favorável do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), e recebeu três emendas: duas de Lucena e uma do senador Valter Pereira (PMDB-MS).

O texto de Camata determinava que a sustação só poderia ser feita quando a pessoa que emitiu o cheque tivesse fundos para cobri-lo (o que preveniria má-fé), com exceção dos casos de furto devidamente comprovado. As emendas de Lucena ampliaram essa exceção, para “fato tipificado como crime ou contravenção penal”.

Além disso, Lucena estabeleceu que o emitente poderá fazer a sustação quando quem recebeu o cheque não tiver cumprido a sua obrigação na transação. O projeto previa ainda o bloqueio do valor em questão na conta corrente do emissor até a conclusão da análise do pedido de sustação. Mas uma das emendas de Lucena fixa prazo máximo de 90 dias para o bloqueio, além de assegurar uma remuneração equivalente à da caderneta de poupança.

O projeto ainda terá decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser enviado à Câmara.



FOTOS: J. FREITAS

Texto de Tião Viana previa mais R\$ 20 bilhões da União à saúde; Kátia Abreu apoiou emenda de Dornelles, que foi aprovada

Saúde pode ter R\$ 3,5 bi adicionais no ano que vem

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira o projeto de lei complementar que regulamenta a chamada Emenda da Saúde – a Emenda Constitucional 29, que definiu, no ano de 2000, os percentuais mínimos a serem aplicados pela União, estados, municípios e Distrito Federal em ações e serviços públicos de saúde. Para o autor da proposta, senador Tião Viana (PT-AC), “essa matéria representa o PAC da Saúde”. Acolhido anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto (PLS 121/07) será examinado agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A votação foi antecedida por uma discussão sobre o montante de recursos a serem liberados pela União. O texto de Tião Viana, acatado pela relatora na CAE, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), previa que a União destinaria anualmente para a saúde no mínimo 10% de suas receitas correntes brutas. “O aporte adicional de recursos, de imediato, seria da ordem de R\$ 20 bilhões”, afirmou a relatora.

Mas os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Kátia Abreu (DEM-TO) defenderam a aprovação da emenda apresentada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que propõe a manutenção da atual forma de

cálculo dos percentuais mínimos a serem aplicados pela União – ou seja, a soma do montante empenhado no ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB). Segundo Dornelles, isso levaria a um aporte adicional, em 2008, de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões. A emenda, apesar de ter sido rejeitada no voto de Patrícia Saboya, acabou sendo aprovada em votação em separado.

Ao apoiar a alteração proposta por Dornelles, Kátia Abreu disse estar preocupada com a expansão da carga tributária e “o aumento indiscriminado com os gastos em qualquer área, apesar de a saúde ser uma das mais importantes”.

Projeto muda dedução cultural

Projeto de lei que altera os percentuais de dedução do Imposto de Renda devido por empresas em benefício de programas de incentivo à cultura teve parecer aprovado na última terça-feira pela Comissão de Educação (CE). O PLS 136/07 especifica a incidência das deduções sobre doações e patrocínios feitos por empresas e ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

O texto estabelece que o limite para dedução será de 10% do imposto devido para as empresas que tiverem receita bruta inferior a R\$ 500 milhões no ano calendário anterior ao do ajuste com a Receita Federal. Já as empresas que tiverem receita bruta superior a esse valor poderão deduzir até 4% do imposto devido.

FORMALIDADE - A programação monetária do Banco Central para o terceiro trimestre deste ano foi aprovada pela CAE. O relator ad hoc, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), observou que o assunto já estava vencido e propôs sua aprovação por mera formalidade.

– Hoje a programação monetária é um mecanismo anacrônico, mas há a obrigação legal de votá-lo – afirmou, referindo-se ao fato de que o controle dos agregados monetários, como o dinheiro em circulação e os depósitos em bancos, era forma de controle da inflação. Para o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), “esse mecanismo não tem mais nenhuma finalidade relevante, porque a essência da política do Banco Central é a meta da inflação, a taxa de juros e a política cambial”.

As empresas tributadas com base no lucro real teriam dedução do imposto de renda de acordo com seu faturamento. Com receita bruta menor que R\$ 36 milhões, as empresas deduziriam 100% das doações e dos patrocínios. Com receita entre R\$ 36 milhões e R\$ 240 milhões, deduziriam 80% das doações e patrocínios. Já entre R\$ 240 milhões e R\$ 480 milhões, a dedução seria de 60%. A empresa com receita bruta superior a R\$ 480 milhões teria dedução de 40% das doações e 30% dos patrocínios.

De acordo com o relatório do senador Demostenes Torres (DEM-GO), a proposta aumentaria os recursos destinados à cultura. Segundo ele, atualmente, apenas grandes empresas fazem patrocínios culturais.

SURDOS - A CE aprovou projeto de lei do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) que estabelece o dia 26 de setembro como o Dia Nacional dos Surdos (PLC 12/07). A data de 26 de setembro de 1857, segundo o autor, é a da criação do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, primeira escola para deficientes auditivos no Brasil. Outro projeto aprovado, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), altera o nome do aeroporto da cidade de Alegrete (RS) para Aeroporto de Alegrete/RS – Gaudêncio Machado Ramos (PLC 41/07). O senador Paulo Paim (PT-RS), relator, destacou que a homenagem a Gaudêncio é merecida, por ele ter prestado serviços relevantes à causa da aviação. As duas propostas ainda vão a Plenário.

Comissão cria fundo de apoio a bibliotecas

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto que cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (Funab), apresentado pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC). A proposta ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Os recursos do fundo, explicou o relator, senador Marco Maciel (DEM-PE), serão constituídos por doações, legados, subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive organismos internacionais, bem como por reembolso de operações de empréstimos realizadas através do fundo e do resultado de aplicações em títulos públicos federais. O Funab poderá ainda contribuir para viabilizar as políticas de promoção de acesso à leitura previstas na Lei do Livro e da Leitura (Lei 10.753/03), segundo Neuto de Conto.

Para Maciel, a proposta aumentará o número de leitores, já que os benefícios fiscais que visam baratear o preço dos livros ainda não ampliaram o universo de leitores. A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) concordou, destacando que os livros custam muito caro no Brasil. Segundo Maciel, 15% dos municípios não possuem bibliotecas e, nos que possuem, a consulta é priorizada para estudantes, o que demonstraria a insuficiência de tais instrumentos culturais.

COMISSÕES



Ao lado de Heráclito (D), Enzo Peri defende aumento de recursos para reaparelhamento da Força

General alerta para problemas do Exército

Para responder à atual conjuntura do país e do mundo, é preciso reestruturar o Exército e, para isso, alocar mais recursos no reaparelhamento de brigadas e melhoria das atividades de vigilância de fronteira. O diagnóstico foi feito na quinta-feira pelo comandante do Exército, Enzo Martins Peri, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A audiência foi realizada a pedido do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CRE.

O general relatou aos senadores a situação do Exército em termos de equipamentos, tropas, distribuição de atividades nas regiões do país e condições dos quartéis, particularmente na Amazônia. Segundo Enzo Peri, é preciso dar condições de operacionalidade aos quartéis de fronteira para, posteriormente,

aumentar o número de casernas. O país tem 17.500 quilômetros de fronteiras terrestres, ressaltou o militar.

Ainda de acordo com o militar, o Brasil é o país da América do Sul que menos gasta com defesa, tem equipamentos muito antigos e um efetivo maior apenas do que o da Argentina. Atualmente, 78% dos blindados têm mais de 34 anos e 58% das viaturas, mais de 20 anos. Já a maior parte dos equipamentos da artilharia remonta à 2ª Guerra Mundial. Há armamentos individuais com 42 anos de uso, acrescentou.

Força pode ter aumento de recursos em 2008

O projeto de lei orçamentária prevê, em 2008, recursos de R\$ 2,069 bilhões para o Exército, o que representa um aumento de 50% em relação a este ano – em

que foi alocado R\$ 1,7 bilhão para a instituição. O general reconhece que houve melhora nos investimentos, mas disse que ainda é preciso incrementar os recursos para as Forças Armadas.

Dornelles elogiou a exposição do comandante na CRE e apoiou a proposta do senador Edison Lobão (DEM-MA), para que o Congresso assumira a responsabilidade de melhorar a situação das Forças Armadas.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou a fragilidade militar brasileira, devido à falta de recursos. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou informação sobre as tropas brasileiras no Haiti. Peri informou sobre avanços obtidos, mas afirmou que aquele país tem ainda muitas precariedades. Ele declarou que os militares brasileiros deverão ser os últimos a deixar o Haiti.

Senadores discutem programa brasileiro de energia nuclear

Em debate na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves, afirmou que o país deverá ter de quatro a oito novas usinas nucleares até 2030, além de Angra 3. Os estudos para definir onde ficarão essas usinas ainda vão ser iniciados.

Gonçalves destacou, no entanto, que, para chegar a esse número, o país precisaria investir em recursos humanos e pesquisa, além de promover discussões públicas sobre o assunto. Ele ressaltou que a segurança das usinas nucleares vem aumentando, que essa matriz energética não contribui para o crescimento do efeito estufa e é bem mais barata do que alternativas como a energia eólica ou solar.

Durante a audiência, que discutiu o uso de energia nuclear no Brasil, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, afirmou que o país trabalha para



O senador Sibá Machado (C) presidiu o debate que reuniu Odair Gonçalves (E), Ruy Barros, Márcio Zimmermann e João Nildo Vianna

a retomada do programa de energia nuclear.

– Foi muito bom o Brasil ter retomado esse planejamento, deixando de ter medo de construir uma visão estratégica – disse.

Mas nem todos os especialistas apoiaram a decisão do governo de retomar o programa de energia nuclear. O diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Ruy Barros, mencionou que a probabilidade de acidentes em usinas nucleares não é baixa e que os estragos são imensos.

O pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, João Nildo Vianna, destacou o grande potencial do Brasil para gerar energia hidrelétrica e eólica, e sugeriu uma associação entre esses dois tipos de energia como alternativa à nuclear.

Sibá Machado (PT-AC), autor do requerimento para realização da audiência, declarou que é preciso levar em conta as questões ambientais e sociais por trás de decisões importantes como a de investir na energia nuclear.

Lei do audiovisual divide opiniões em audiência

O projeto que restringe a brasileiros a produção audiovisual dividiu os participantes da audiência pública realizada pela Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da Comissão de Educação (CE). A proposta (PL 280/07), do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é relatada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Parte dos debatedores considerou o projeto restritivo por impedir investimentos de capital estrangeiro no audiovisual brasileiro. Para eles, o texto não leva em conta as inovações tecnológicas e a convergência digital. Por outro lado, o fato de a proposta responder à necessidade de uma legislação para o setor, com definição de regras claras sobre o conceito de conteúdo nacional, foi elogiada por representantes do governo e da federação de jornalistas.

Contrário ao texto, o cine-

asta Cacá Diegues defendeu a criação de uma lei “positiva” para “incentivar, promover, premiar”, em vez de apenas “proibir, restringir e regular”.

Para o diretor-executivo da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura (ABPTA), Carlos Alkimim, o projeto intervém em atividades privadas, interfere no direito de expressão, que é constitucional, e representa um “retrocesso cultural e político”.

Já o representante do Ministério das Comunicações, Carlos Freire, considerou importante o projeto por estabelecer regras claras e gerar um critério para definir o que é conteúdo brasileiro.

Também manifestou apoio à proposta o diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), José Carlos Torves, por considerar necessária uma legislação para o setor.

Negociação de vagas no Parlamento do Mercosul

Os parlamentares brasileiros deverão adotar uma postura cautelosa na negociação que definirá o número de vagas a que cada país terá direito no Parlamento do Mercosul. Esta foi a recomendação feita por senadores e deputados que debateram o tema durante reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, presidida pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Caso fosse adotado de forma direta o princípio da representação popular, o número de parlamentares brasileiros seria muito grande, em relação aos outros integrantes do bloco – Argentina, Uruguai e Paraguai.

– Temos que tomar muito cuidado para que não se freie uma progressão lenta, mas que está acontecendo – sugeriu Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Na primeira fase de instalação do novo parlamento, optou-se

por uma representação igualitária. Cada um dos quatro países conta atualmente com 18 representantes e a Venezuela, que ainda não possui direito a voto, tem 16 parlamentares.

Duas propostas já começam a ser analisadas. Uma, do deputado Matteo Chiarelli (DEM-RS), sugere que o Brasil tenha 54 dos 120 deputados do Parlamento do Mercosul – a serem eleitos até 2010. O vice-presidente brasileiro do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), por sua vez, sugeriu que o Brasil tenha 60 parlamentares, de um total de 156, aí incluídos 30 da Venezuela.

Na reunião, foram aprovados dois requerimentos, dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Marisa Serrano (PSDB-MS), para realização de audiências públicas visando debater projetos de integração em curso no país.

Especialistas apontam saídas para setor elétrico

O maior desafio do setor elétrico está na necessidade de expandir sua capacidade de geração de energia, mas sem aumentar a emissão de gases poluentes, concordaram os participantes de audiência pública sobre o tema, realizada pela Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas.

Jerson Kelman, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), observou que – ao contrário do que ocorre em países como Estados Unidos e China – boa parte das emissões de carbono no Brasil vem do setor de transportes e da indústria. O setor elétrico, disse, é responsável por menos de 10% das emissões. Ele criticou organizações não-governamentais que fazem pressão contra a

construção de novos empreendimentos hidrelétricos.

– Apesar das polêmicas, eu nunca vi ninguém questionando a necessidade de o Brasil produzir mais energia – disse Kelman, afirmando que 75% das emissões de carbono partem das queimadas de florestas.

O diretor do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, declarou que o país possui uma “matriz energética saudável”, mas que a dependência de hidrelétrica pode causar problemas em períodos de seca. Contra isso, ele propõe complementar a produção com usinas termoeletricas.

Já Márcio Zimmermann, do Ministério de Minas e Energia, ressaltou medidas adotadas pelo governo para incentivar o aumento da produção do setor.

DIREITOS HUMANOS

Comissão externa que investiga caso de trabalho escravo ouve auditor e dono da Pagrisa



RENATO ALVES/MEC



MÁRCIA KALLUME

Acima, trabalhadores na fazenda da Pagrisa, em foto do relatório; o sócio Zancaner (E), com Kátia Abreu, Sibá, o auditor Humberto Célio e o procurador Antonio Luiz

Auditor e empresário ficam frente a frente

A comissão especial externa do Senado, criada em agosto para apurar a autuação, por prática de trabalho escravo, da empresa Pará Pastoril e Agrícola S/A (Pagrisa), ouviu, na última terça-feira, o auditor do Ministério do Trabalho e Emprego Humberto Célio, o procurador do Ministério Público do Trabalho Antonio Luiz Fernandes e os dirigentes da empresa.

Humberto Célio explicou a diligência feita em junho, que resultou na autuação da Pagrisa, na retirada de 1.064 dos trabalhadores cortadores de cana-açúcar e na suspensão da venda para a Petrobras de álcool combustível produzido na fazenda da empresa. Ele afirmou que a Pagrisa foi multada pelo grupo móvel de fiscalização em razão das más condições de trabalho oferecidas aos cortadores, que executavam seu trabalho "em condições degradantes", conforme o relatório.

Fernão Zancaner, dirigente da Pagrisa, contestou as denúncias utilizando um vídeo e questionando a veracidade dos dados incluídos no relatório da auditoria. Segundo ele, a fiscalização incluiu documentos falsos, relativos à compra de medicamentos acima do preço para serem revendidos aos trabalhadores. Zancaner disse que a Pagrisa paga "a maior remuneração per capita ao cortador de

cana em todo o Brasil" – R\$ 3,66 por tonelada de cana cortada –, oferecendo também "a melhor infra-estrutura social para uma empresa deste porte, incluindo plano de saúde, médicos, escola e alimentação adequada".

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da comissão, que esteve com o grupo que visitou a Pagrisa em setembro, esse tipo de caso pede "a revisão das definições conceituais sobre trabalho análogo ao de escravo ou condições degradantes de trabalho, entre outras dúvidas legais". Para ela, deve ser levada em conta, ainda, "a realidade regional dos cortadores de cana e a demanda por emprego".

O senador Paulo Paim (PT-RS), porém, observou que a comissão do Senado pode dar conta apenas do aspecto político, uma vez que o caso será resolvido na Justiça. Paim propôs que o assunto seja encaminhado definitivamente à Subcomissão Permanente do Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

– Uma comissão do Senado foi criada para analisar o caso de apenas uma empresa – frisou.

Autuação é correta, diz procurador

A reunião da comissão externa, presidida interinamente pelo senador Sibá Machado (PT-AC), foi marcada por forte presença de fiscais do Trabalho

e de empregados que trabalham na Pagrisa. O auditor Humberto Célio apresentou documentos relativos a irregularidades em rescisões trabalhistas e às condições precárias de trabalho para os empregados da lavoura de cana. Ele mencionou detalhes do relatório sobre a falta de higiene e as acomodações para os trabalhadores (leia mais ao lado).

Por sua vez, o procurador do Ministério Público do Trabalho, Antonio Luiz, disse que a empresa tem boa infra-estrutura, mas deixou falhas que justificaram a autuação trabalhista nas frentes de serviço. Ele destacou que as falhas estruturais citadas no relatório levaram à tipificação de crime de trabalho em condições análogas à de escravo, incluindo "servidão por dívida", o que ocorre quando o empregado contrai débitos com a empresa até zerar o contracheque.

– Faltava pouca coisa para que a Pagrisa estivesse 100% regular. Não sou a favor da empresa nem da auditoria, sou a favor do cumprimento da legislação – declarou, acrescentando que também houve excessos na fiscalização.

Fernão Zancaner, falando pela Pagrisa e em nome dos irmãos e sócios, presentes à audiência, questionou o relatório.

– Eles cometeram excessos, limitando a movimentação dos empregados da empresa durante a fiscalização. E fotografaram só o que queriam, divulgando tudo "como o maior flagrante de trabalho escravo no Brasil" – disse.

Relatório: trabalhadores não recebiam salário

O relatório dos fiscais do Ministério do Trabalho sobre a Fazenda Pagrisa, no Pará, atesta que funcionários não recebiam salários, em alguns meses, por terem dívidas feitas com a compra de remédios e alimentos na propriedade, conviviam com falta de segurança e higiene e os alojamentos eram precários. O documento descreve a situação encontrada pelos fiscais que visitaram a fazenda entre 28 de junho e 8 de julho deste ano. Nesse período, 1.064 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão, segundo os fiscais.

Os proprietários da Pagrisa reclamam de excessos que teriam sido cometidos pela fiscalização e negam maus-tratos de seus funcionários. Além disso, argumentam que os trabalhadores recebiam seus salários normalmente e que o Grupo Móvel se ateve a detalhes, como erros em contracheques,

para embasar as acusações. A reclamação levou um grupo de senadores, liderados por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a propor a criação de comissão especial para investigar o trabalho da fiscalização. Por causa disso, o Ministério do Trabalho decidiu suspender sua rotina de fiscalização, alegando interferência dos parlamentares.

A principal atividade da Pagrisa, que tem 17 mil hectares, é o cultivo de cana para produzir 300 mil litros de álcool por dia. Entre seus compradores, estava a Petrobras, que, com a autuação, parou de negociar.

O relatório cita o caso de 45 funcionários que nas folhas de pagamento de abril e maio receberam R\$ 0,00 de salário líquido. Dois dos citados ficaram ambos os meses com o contracheque zerado.

"A empresa não garantia o salário mínimo aos empregados que recebiam por produtividade. Tal fato, somado aos

descontos de alimentação e de medicamentos que os empregados consumiam, fazia com que, em muitos casos, empregados recebessem apenas o suficiente para pagar seus gastos", diz o relatório. "Não eram raros os casos de obreiros que não produziram o suficiente para custear as despesas de alimentação, o que levou a empresa a criar a rubrica Crédito de Complementação de Salário, para que os holerites não gerassem valor negativo de salário." Os créditos eram descontados no mês seguinte.

Consta no relatório uma comparação entre os preços de remédios vendidos em Marabá (PA) e os vendidos na fazenda. O antibiótico Aziltromicina 500 mg, que no município custava R\$ 13, era vendido ali por R\$ 23,21.

A fiscalização constatou ainda que funcionários trabalhavam sem equipamentos de proteção, como óculos e luvas. E

recebeu denúncias dos trabalhadores, de que, no dia em que a equipe de fiscais chegou, a empresa distribuiu rapidamente equipamentos de proteção. Também foi observado que a alimentação causava infecções intestinais na maioria dos funcionários. A própria empresa teria admitido que "o ambulatório médico registrou 38 casos de sintomas de diarreia que poderiam estar relacionados à alimentação". Os alojamentos foram considerados superlotados. "Em lugares com capacidade para 30 trabalhadores, foram alojados 50 obreiros."

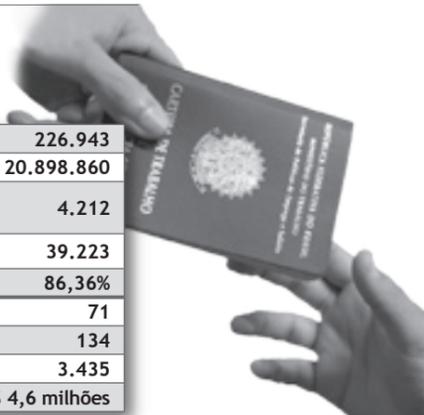
As equipes relatam assim a situação de um dormitório: "Havia um esgoto a céu aberto que era despejado na represa utilizada pelos empregados para tomar banho e lavar roupas. Tal prática de tomar banho na represa era estimulada pelo fato de faltar água nos horários em que os empregados tomavam banho".

Caso da Pagrisa será resolvido na Justiça, não no Senado, diz Paulo Paim

Carta de alforria

Veja os resultados da fiscalização do Ministério do Trabalho entre janeiro e agosto de 2007

Empresas/locais fiscalizados	226.943	
Trabalhadores atingidos	20.898.860	
Crianças de até 16 anos encontradas trabalhando (excluídos aprendizes)	4.212	
Número de empresas autuadas	39.223	
Percentual de regularização de estabelecimentos fiscalizados	86,36%	
Resultados das operações de fiscalização móvel	Número de operações	71
	Número de fazendas fiscalizadas	134
	Trabalhadores libertados	3.435
	Pagamento de indenizações	R\$ 4,6 milhões



Fonte: MTE - Dados atualizados em 10/09/2007

REFORMA POLÍTICA

Posição assumida pelo Supremo retroage apenas a partir do julgamento do TSE, em março



Plenário do STF, quinta-feira: por 8 votos a 3, os ministros decidiram que o mandato pertence ao partido, e não ao candidato, reforçando a fidelidade partidária

Supremo decide que mandato de deputado pertence ao partido

Os mandatos dos vereadores, deputados estaduais e federais, escolhidos pelo sistema proporcional, pertencem aos partidos, e não aos candidatos eleitos. Com a histórica decisão, tomada após duas longas sessões na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu, por 8 votos a 3, parâmetros para a fidelidade partidária, referendando posição tomada, ainda em 27 de março passado, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O ministro Celso de Mello ressaltou que “o abandono da legenda pelo representante infiel tem desfalcado, sem restituição, a representação parlamentar dos partidos”. A decisão foi tomada em resposta a mandados de segurança impetrados por partidos políticos que perderam deputados na Câmara, eleitos pelo sistema proporcional, por isso ainda é controversa a extensão de seus efeitos sobre as transferências partidárias no Senado, onde os

integrantes são escolhidos em pleito majoritário.

Todos os que trocaram de legenda após aquela data (pelo menos 18 deputados federais) correm o risco de perder o mandato e terão que apresentar explicações ao TSE. Se for o caso, alguns poderão alegar em sua defesa dois argumentos previamente aceitos pelo STF: mudança significativa de orientação partidária ou perseguição política.

Na visão da maioria dos ministros, os parlamentares que mudaram de partido antes da decisão de março não podem ser punidos, pois a regra não estava esclarecida. Com isso, 22 dos 23 deputados envolvidos nos mandados de segurança impetrados pelo DEM, PSDB e PPS foram “anistiados”. Antes de o TSE se posicionar, os detentores de mandatos eletivos poderiam trocar de legenda à vontade e a qualquer tempo, mas precisavam fazer isso até 365 dias antes das eleições que

pretendessem disputar.

A tendência do STF de reforçar a tese da fidelidade partidária foi demonstrada pela Corte em dezembro de 2006, no julgamento em que foi derrubada a cláusula de barreira (que restringia a atuação de deputados de partidos com baixo desempenho eleitoral). Na época, pelo menos seis ministros apontaram a fidelidade como a forma mais eficaz para garantir a seriedade do jogo político.

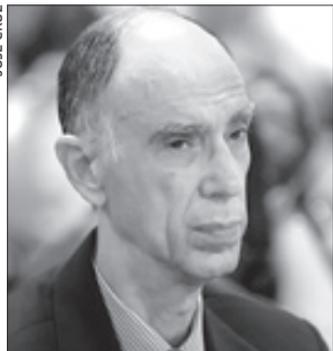
Na mesma direção tem caminhado o Senado. Uma proposta de emenda constitucional instituindo a fidelidade partidária para o Legislativo e o Executivo já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aguarda discussão no Plenário.

Dispositivos como financiamento público de campanhas, controle de gastos eleitorais e lista fechada de candidatos têm sido aprovados pelo Senado nos três últimos anos, porém não passaram pelo crivo da Câmara.

CCJ aprovou PEC definindo perda de mandato

Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado em 22 de agosto passado, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre a fidelidade partidária aguarda, desde então, sua colocação na pauta para que possa ser votada pelo Plenário e, em seguida, enviada à Câmara dos Deputados. A PEC 23/07, do senador Marco Maciel (DEM-PE), determina a perda do mandato (ou de função) de membros dos Poderes Legislativo e Executivo que se desligarem do partido pelo qual foram eleitos.

No caso do Legislativo, a perda do mandato seria declarada pela Mesa Diretora da respectiva Casa, a partir de comunicação da direção nacional do partido titular do



Pela proposta de Marco Maciel, medida também se estenderia aos candidatos majoritários

mandato. No Executivo, caberia aos tribunais regionais (TSE ou TREs) decretar a perda da função. A nova regra entraria em vigor na data da publicação, ou seja, não se aplicaria ao troca-troca parti-

dário ocorrido anteriormente.

Segundo Maciel, a idéia é inserir no texto constitucional a garantia aos partidos da titularidade dos mandatos, medida que se estenderia também às eleições majoritárias (a regra aprovada pelo TSE dizia respeito apenas a deputados federal e estadual e vereadores, excluindo prefeitos, governadores e presidente e vice-presidente).

– A elevada migração partidária leva, ainda, ao descrédito do Legislativo. Com efeito, o cidadão atribui essa prática ao predomínio de interesses particulares dos parlamentares, ao governismo e ao comportamento espúrio, pois muitas vezes a imprensa noticia “vantagens” obtidas com as seguidas trocas de partido.

Passo a passo da polêmica

- Março: por 6 votos a 1, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decide que o mandato pertence ao partido ou à coligação e não ao candidato eleito. A chamada fidelidade partidária seria aplicável aos cargos obtidos nas eleições proporcionais (deputados estaduais, federais e vereadores). A decisão foi em resposta a consulta feita pelo então PFL (hoje DEM).

- Maio: três agremiações que sofreram no total 23 defecções (PSDB, 8; DEM, 6; e PPS, 9) ingressam com mandado de segurança no STF contra o ato da Mesa Diretora da Câmara que descartou devolver aos partidos os mandatos dos deputados que trocaram de legenda.

- Maio: o ministro Celso de Mello nega liminar pedida pelo PPS contra ato do presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que indeferiu pedido do partido para que convocasse um suplente da legenda para assumir o mandato de deputado que trocou a legenda pelo PMDB.

- Agosto: Celso de Mello indefere

liminar solicitada pelo PSDB para afastar os parlamentares que trocaram o partido por outra legenda. O PSDB teve negado pelo presidente da Câmara pedido para que fosse considerada renúncia ao mandato a mudança de filiação partidária por deputados federais eleitos pelo partido.

- Agosto: a Câmara aprova projeto de lei que anistia o parlamentar que houvesse trocado de partido após ser eleito em 2006 ou que o fizesse até 30 de setembro passado. Além disso, altera o Código Eleitoral impedindo o TSE de aplicar retroativamente interpretações da legislação. A medida foi classificada como “um retrocesso” pelo presidente do TSE e ministro do STF Marco Aurélio Mello.

- Agosto: a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprova proposta de emenda constitucional que determina a perda do mandato (ou de função) de membros dos Poderes Legislativo e Executivo que se desligarem do partido pelo qual foram eleitos.

Tribunal ainda responderá a outras consultas dos partidos

Depois de decidir – há seis meses – que o mandato obtido nas eleições proporcionais pertence ao partido, não ao candidato, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebeu outras cinco consultas sobre a aplicação prática do princípio da fidelidade partidária, como a possibilidade de troca de partido por um deputado quando houver mudança profunda das diretrizes programáticas da legenda.

Entre as questões levantadas está a do Partido Social Liberal (PSL): se a decisão relativa à

consulta do DEM implicaria a cassação dos mandatos dos deputados que mudaram de partido desde a última eleição.

Outra pergunta a ser respondida pelo TSE foi feita pelo deputado federal Celso Russomanno (PP-SP). Ele quer saber se a regra da perda do mandato valeria também para aqueles deputados (como ele próprio) que tenham obtido sozinho o quociente eleitoral necessário para assegurar uma cadeira na Câmara ao partido.

Questionamentos já respondidos pelo TSE

Autor	Consulta	Decisão
DEM	“Os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda?”	Sim 6 x 1
Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	“Os deputados federais e estaduais que saíram de partido político que os elegeram e ingressaram em outro partido da mesma coligação perdem os respectivos mandatos?”	Sim 7 x 0

REFORMA POLÍTICA Mudanças de partidos foram aceleradas por causa do prazo de domicílio eleitoral para 2008

Câmara teve 46 trocas. Senado, quatro

Venceu na última sexta-feira o prazo para que os interessados em disputar os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador no pleito do ano que vem definam filiação partidária e domicílio eleitoral nos municípios em que pretendam concorrer.

O prazo consta do calendário eleitoral aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conforme exigência da Lei 9.504/97. Até a semana passada, segundo o TSE, existiam 11.456.008 brasileiros filiados a algum partido político.

Houve intenso troca-troca partidário durante todo o ano – não só nos municípios, mas também na Câmara dos Deputados – e só mesmo a iminente decisão do STF sobre a fidelidade pareceu arrefecer os ânimos dos parlamentares em mudar de legenda. Muitos dos que já tinham até acertado a transferência recuaram da decisão, temendo uma punição pela Justiça Eleitoral.

Segundo informações da Mesa Diretora da Câmara, na atual legislatura 46 deputados mudaram de partido. Desses, 15 saíram após o dia 27 de março e são os que correm o risco de perder os mandatos. Na quarta-feira, um deputado assinou a filiação em uma nova legenda (veja reportagem abaixo), mas a mudança ainda aguarda oficialização da Câmara.

No Senado, apenas quatro parlamentares mudaram de legenda desde o último pleito. Os casos mais recentes foram da cearense Patrícia Saboya, que trocou o PSB pelo PDT, e do baiano César Borges (DEM), agora no PR, o mais jovem entre os 28 partidos registrados no TSE (sua criação

foi pedida em 19 de dezembro de 2006).

Antes deles, apenas dois senadores haviam trocado de legenda na atual sessão legislativa. Expedito Júnior (RO) elegeu-se e diplomou-se pelo PPS, e ao tomar posse, em fevereiro, integrava os quadros do PR. Fernando Collor (AL), também do PR, elegeu-se por uma legenda diferente em 2006, o PRTB, já extinto.

César Borges comentou, após a sessão do Supremo, que estava absolutamente tranqüilo em relação à sua mudança partidária.

– A decisão do STF só valerá para o Senado quando o TSE se pronunciar sobre a eleição majoritária – avaliou o senador baiano.

Nos últimos dias, os senadores Romeu Tuma (SP) e Edison Lobão (MA), ambos do DEM, estavam cogitando em também mudar para o PR.

Ao Jornal do Senado, na sexta-feira de manhã, Tuma elogiou a decisão do STF e disse que concordava com a “razoabilidade” encontrada pelos ministros na tese da fidelidade partidária. Ele ainda avaliava com advogados os efeitos da sentença sobre o Senado.

A assessoria de Lobão esclareceu na sexta-feira que ele pessoalmente nunca comentou sobre essa possibilidade, que ficaria restrita às especulações de jornais.

A eventual saída dos três da legenda oposicionista pode significar uma vitória importante para o governo em seu esforço nas próximas e cruciais votações em Plenário, a começar pela emenda constitucional que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Quinze deputados federais podem perder seus mandatos



Ministro Celso de Mello, relator de um dos mandados de segurança: teses vitoriosas em plenário

OAB cobra reforma política ampla

Financiamento público de campanha, fim da reeleição e consolidação da fidelidade partidária foram apontados pelo presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, como ingredientes fundamentais na reforma política. Ele fez essa declaração durante evento realizado em Cuiabá, no final do mês passado. Segundo Britto, a sociedade brasileira já comprovou, na prática, que a reeleição não deu certo no país, por isso ela precisa acabar.

O presidente nacional da OAB divulgou, no mesmo encontro, pesquisa realizada com 397 estudantes universitários em Aracaju indicando que a credibilidade da Câmara dos Deputados é “zero

vírgula zero”. O Senado Federal obteve 0,9% de credibilidade. “É o fundo do fundo do poço”, resumiu Britto.

Já o advogado Marcelo Gatti Reis Lobo, especialista em Direito Processual do escritório Dabul e Reis Lobo Advogados Associados, de São Paulo, considera que a troca de partido após a eleição vai contra a vontade popular.

– A troca de partido após o processo eleitoral modifica a proporcionalidade da representação no Parlamento e, conseqüentemente, desvirtua a vontade das urnas – avalia o advogado, que aprova a postura do TSE de manter esta proporcionalidade, nos casos em que um deputado (mesmo já diplomado) troque

de partido.

Como explica Reis Lobo, a lógica e a regra eleitoral nos pleitos de deputados e vereadores fundamentam-se no coeficiente mínimo de votos para obtenção de um mandato parlamentar e na proporcionalidade de votos entre os partidos (nominais aos candidatos, ou nas legendas) para a definição do número de cadeiras que caberá a cada partido ou coligação.

O advogado, porém, acredita que a norma, adotada com a Constituição de 1988 e, posteriormente, com a Lei 9.504/97, já não reflete mais a necessidade da sociedade e demanda mudanças urgentes, no âmbito de uma ampla reforma política.

Deputado muda em cima da hora e não teme punição

No mesmo momento em que os ministros do STF debatiam a questão da fidelidade partidária na quarta-feira, o deputado Paulo Rubem Santiago (PE) trocava de partido. Ele deixou o PT e assinou ficha de filiação ao PDT. Ambos os partidos integram a base de sustentação do governo. Santiago descartou estar lançando um desafio ao Supremo – a escolha da data teria sido coincidência – e disse estar tranqüilo de que, qualquer que fosse a decisão da Corte, ele não corria risco de perder o mandato.

Na sua visão, seu caso encaixa-se em uma das duas exceções à regra definidas na decisão do TSE de março passado. O tribunal determinou que um deputado pode trocar de legenda se houver “mudança significativa de orientação programática do partido” ou “perseguição política”.



Paulo Santiago, o último no troca-troca, mudou de legenda na quarta-feira

Um dos fundadores do PT nos anos 80, Santiago alega entre as razões para a troca o que considera “desvios éticos do PT” e o fato de ter sido punido pela direção nacional do partido porque votou contra a reforma da Previdência Social do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Na época, houve casos de deputados e senadores expulsos do partido por terem sido contrários à orientação da direção nacional, favorável ao projeto.

Opinião pública quer fidelidade partidária

Para 61% dos eleitores ouvidos pelo DataSenado, os parlamentares devem ser obrigados a ficar ao menos três anos no partido pelo qual se elegeram. Outros 29% defendem

que o político devolva o cargo à legenda pela qual se elegeu, caso queira trocar de partido. Apenas 7% acham que os eleitos podem trocar de partido quantas vezes quiserem.

Qual sua opinião sobre a troca de partidos dos parlamentares depois da eleição?

	Total	Masculino	Feminino
Deve ficar como está	7%	8%	7%
Devem devolver o mandato	29%	36%	7%
Devem ficar pelo menos 3 anos no partido	61%	53%	68%
NS/NR	3%	3%	3

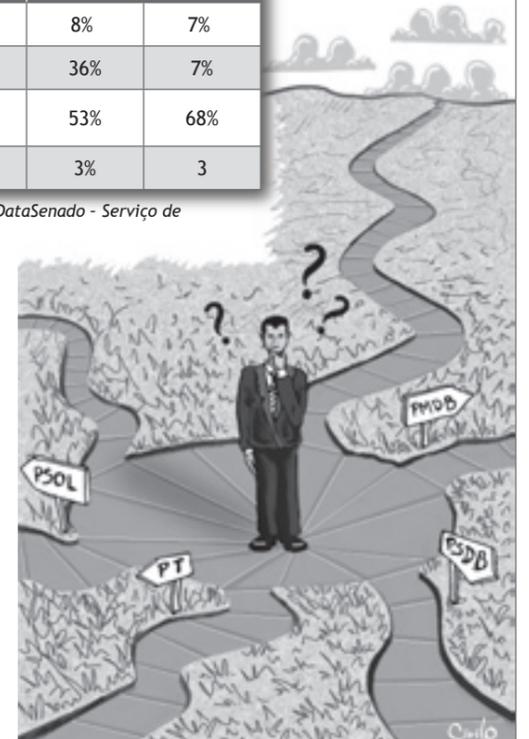
Fonte: Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública Coordenação DataSenado - Serviço de Pesquisa de Opinião, em junho de 2007

PR foi o que mais cresceu

Até a semana passada, 46 deputados federais já haviam trocado de partido este ano, sendo que 25 saíram da oposição para integrar a base aliada. No Senado, foram apenas quatro.

O PR é o partido que mais cresceu com as trocas, passando de 25 para 42 deputados.

O recordista de trocas é o deputado federal Hidetaka Takayama (PR). Eleito pelo PMDB, mudou este ano para o PAN, depois para o PTB e hoje está no PSC. Sua ficha de filiações partidárias é, porém, mais extensa. Foi do PMDB entre 1989 e 1992, do PFL (1996-1999), do PTB (2001-2003) e até do PSB (2003).



PLENÁRIO

CCJ: saída de Simon e Jarbas provoca reação

A destituição dos peemedebistas Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE) da composição da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) recebeu críticas de vários senadores. Segundo o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), Jarbas deverá ser substituído por Almeida Lima (SE) e Simon, por Paulo Duque (RJ).

Segundo Heráclito Fortes (DEM-PI), o afastamento dos dois parlamentares foi um ato político e revoltante, cometido justamente no momento em que o Senado reverenciava, em sessão plenária, Ulysses Guimarães, considerado o velho timoneiro do PMDB, que trabalhou no partido ao lado de Simon e Jarbas.

– É uma atitude que não faz bem a esta Casa nem à democracia brasileira – afirmou.

Heráclito observou que já está ocorrendo, em Porto Alegre, manifestação de militantes do PMDB contra a medida.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), há uma manipulação do Senado para que seja dada uma definição ao caso Renan Calheiros, presidente da Casa, por parte dos que o estão apoiando.

– Esse gesto foi contra a Casa inteira e um golpe, pois golpe não é só militar. Foi um golpe burocrático que ameaça a democracia. Foi, portanto, um gesto autoritário e golpista – disse.

Cristovam leu manifestação enviada a ele pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrando solidariedade a Simon e Jarbas. O senador pelo PDT informou que Suplicy lhe telefonou pedindo que falasse em seu nome no Plenário, por considerar a decisão do PMDB inadmissível.

Senadores do PMDB criticam decisão do líder

Também foi Cristovam quem transmitiu mensagens de críticas ao ato feitas por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Mesquita Júnior afirmou, em nota lida pelo colega, que renuncia a “todos os cargos que ocupa no Senado para os quais foi indicado pelo PMDB”. O senador pelo Acre reconhece na nota que se trata de uma posição firme, mas assegurou que a tomou porque não reconhece mais a liderança de Raupp, e que, com esse líder, o PMDB está “cometendo um haraquiri [modalidade japonesa de suicídio] diante da sociedade”. Mesquita Júnior informa que não renunciará à filiação ao PMDB porque pretende ficar dentro do partido lutando por mudanças.

Ele criticou ainda o veto do nome de Valter Pereira (PMDB-MS) para a relatoria da CPI das ONGs.

Garibaldi Alves Filho (RN), também do PMDB, afirmou que a decisão “caracteriza uma perseguição política” e que “o PMDB, sobretudo sua liderança no Senado, foi muito infeliz ao afastar Simon e Jarbas, pois o partido ficará ainda mais dividido”.

– A responsabilidade por essa decisão é da Presidência do Senado e da liderança do PMDB na Casa – apontou Garibaldi, acrescentando que “não tem dúvidas” quanto à participação de Renan Calheiros nessa decisão.

Quanto aos impactos dessa polêmica sobre a votação da CPMF, o senador do Rio Grande do Norte afirmou que “isso convulsiona as relações do governo com o PMDB, apesar de o governo não ser o responsável pelo afastamento”.



Garibaldi afirma que destituição caracteriza perseguição política

Jucá diz que governo não articulou afastamento

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que a substituição dos senadores Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon na CCJ “é mais um fator de estresse na crise que a Casa enfrenta” desde que Renan Calheiros começou a ser julgado pelo Conselho de Ética.

– Acho que é mais um fator de atrito dentro do PMDB e na própria Casa – avaliou.

Jucá disse que o governo está trabalhando para garantir, acima de tudo, as votações do Plenário. Mas, em sua opinião, o Planalto não articulou para afastar Simon

e Jarbas da CCJ, sendo essa uma iniciativa exclusiva do PMDB.

– A maioria que interessa ao governo não é a das comissões. É claro que na CCJ e na CAE [Comissão de Assuntos Econômicos] é importante o governo ter maioria, porém mais importante é no Plenário – explicou.

Raupp afirma que decisão não foi pessoal

Já o líder do PMDB, Valdir Raupp, garantiu que a decisão não teve nada pessoal. “Talvez o erro maior tenha sido pôr os dois senadores na CCJ.”

Cristovam alerta para efeitos da prorrogação da DRU

Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para o que classifica de “desprezo total pela educação”. Para ilustrar sua conclusão, o senador leu artigo de Milu Vilela, publicado pela Folha de S. Paulo, que analisa o fato de a mesma proposta de emenda à Constituição (PEC 50/07) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) também prorrogar a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2011.

No texto, a articulista destaca que a DRU permite que o governo destine a outra área parte dos recursos que deveriam ir para a educação.

Da mesma forma, Raupp alegou que Renan Calheiros não tem nada a ver com sua decisão. Afirmou que o afastamento de Simon e Jarbas foi motivado pelos projetos que vão chegar nos próximos dias à CCJ, a começar pela prorrogação da CPMF. Ele também mencionou que a decisão foi da maioria da bancada.

– Respeito demais Simon e Jarbas, mas eles não têm o direito de permanecer no lugar se a bancada precisa desses votos. O PMDB está na base da coalizão do governo. E coalizão trabalha para ganhar – explicou.

Jucá celebra aniversário do estado de Roraima

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), registrou na sexta-feira passada o aniversário do estado de Roraima, que faz 19 anos. Segundo Jucá, o estado apresenta crescimento e desenvolvimento e sua população é a maior responsável por esse feito. O aniversário de Roraima coincide com os 19 anos da Constituição de 1988, que transformou os ex-territórios da Amazônia em estados, informou. Jucá comentou também sobre seus atos como governador de Roraima, entre os quais a criação da primeira universidade pública na região.

Homenagem



FERNANDO BIZERRA/CÂMARA - DIVULGAÇÃO

Formado em Direito, Ulysses Guimarães escolheu a vida política e atuou no Congresso Nacional até a sua morte

Senado lembra 15 anos sem Ulysses Guimarães

O Senado homenageou na quinta-feira passada a memória do deputado Ulysses Guimarães, ex-dirigente do PMDB que teve a tarefa de presidir a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da atual Constituição, por ele batizada de “Constituição-cidadã”. Ulysses desapareceu em 1992, durante uma tempestade no mar, próximo a Parati, no Rio de Janeiro.

Em discursos, vários senadores lembraram os momentos marcantes da vida política do ex-deputado, em especial sua luta contra o regime militar. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Brasil perdeu, há 15 anos, “não apenas um grande homem; não apenas um político extremamente talentoso, mas uma figura imprescindível”.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que lembrar Ulysses “é fazer um elogio ao exercício da política com letra maiúscula; é destacar o que a democracia tem de melhor”. Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltou “a grandeza das bandeiras que Ulysses colocava nas mãos dos companheiros de partido”, como as campanhas pela Anistia, pelas eleições diretas para a Presidência da República e pela Constituinte.

Para Valter Pereira (PMDB-MS), qualquer coisa que se diga sobre Ulysses Guimarães

ficará muito aquém daquilo que realmente ele significa para a política e a história deste país.

– Os restos mortais do velho timoneiro nunca foram encontrados, mas suas lições e seus exemplos jamais foram perdidos – observou.

Segundo Heráclito Fortes (DEM-PI), o político paulista foi “o mais vocacionado homem público” com quem ele teve oportunidade de conviver.

O motivo de até hoje o corpo de Ulysses Guimarães nunca ter sido encontrado intriga Pedro Simon (PMDB-RS).

– Em um célebre discurso, doutor Ulysses disse que, se um dia vissemos passar um enterro com o seu caixão na frente, poderíamos dizer que ali estava um homem revoltado por ter morrido contra a sua vontade – contou Simon.

Eduardo Suplicy (PT-SP) recordou, emocionado, que Ulysses foi seu conselheiro quando decidiu ingressar na vida política.

O Brasil “deve muito à renúncia, à tenacidade e à dedicação de Ulysses”, afirmou José Nery (PSOL-PA), que destacou que o ex-deputado conseguiu avanços importantes no capítulo dos direitos do povo e da cidadania. Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que Ulysses foi um dos maiores símbolos da representação parlamentar: “Sua biografia é verdadeiramente a Câmara dos Deputados”.

Político teve papel decisivo no retorno à democracia

A contribuição de Ulysses Guimarães à vida pública brasileira adquire dimensão peculiar pela sua presença decisiva em todos os momentos cruciais dos embates e das negociações que se travaram para a reconquista da democracia.

Nascido em Rio Claro (SP) em 1916, foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Formou-se pela Faculdade de Direito da USP. Foi eleito deputado estadual em São Paulo (1947) e líder da bancada do PSD na Assembleia Legislativa. Eleito deputado federal em 1950, reelegeu-se consecutivamente para o Congresso Nacional, onde atuou até sua morte.

Foi ministro da Indústria e

Comércio no gabinete Tancredo Neves durante o breve período parlamentarista (1961-1962). Em 1965, no bipartidarismo, esteve entre os fundadores do partido de oposição ao governo, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com o início da distensão política, foi um dos fundadores e presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB (1980), e participou da campanha pelas eleições diretas (1984) que resultou na eleição indireta de Tancredo Neves contra Paulo Maluf.

Do acidente com o helicóptero em que Ulysses viajava com a esposa e amigos, em 1992, não houve sobrevivente e seu corpo jamais foi encontrado.

Voz do Leitor

DESARMAMENTO

“Democracia é a vontade de todos sendo respeitada. A população se manifestou contra o desarmamento dos honestos, votou contra no referendo e não foi respeitada. Com a revogação pelo governo, em 18 de setembro, da MP 379/07 – que prorrogava o prazo para recadastramento de registro de armas e reduzia as taxas para esse recadastramento –, muitas pessoas honestas transformaram-se em criminosas sem terem feito nada de mais, a não ser quererem se defender legitimamente. A medida foi revogada juntamente com as demais MPs que trancavam a pauta da Câmara, para permitir a votação da CPMF. Ao mesmo tempo, não mudou nada para os bandidos, que continuam matando e roubando, agora talvez com um pouco mais de facilidade.”

João Hallex Har Rolim, de Santana do Livramento (RS)

BANCOS

“No Brasil, os bancos têm liberdade de explorar o trabalhador correntista com suas taxas e multas absurdas, cruéis e extorsivas. É preciso que alguém tome providências para que isso tenha um fim.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

VOTO POPULAR

“O certo seria que os ministros da Suprema Corte, no Brasil, fossem eleitos pelo voto popular. Isso acabaria com a dívida de gratidão que eles têm com o presidente da República que os indica. Dessa forma, o Supremo não relutaria em aceitar uma denúncia que atinge o governo, como o caso do mensalão.”

Elias Cavalheiro Villar, do Rio de Janeiro (RJ)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

BIBLIOTECAS

“Sugiro a implantação de bibliotecas em todas as escolas públicas do Brasil como forma de proporcionar um ensino de qualidade aos brasileiros.”

José Fernando Menezes, de Pedrinhas (SE)

RG NACIONAL

“Gostaria de ver aprovada a criação do Sistema Nacional de Identificação, que visa à substituição das cédulas de identidade em todo o país. Hoje, cada estado tem a própria numeração, o que faz com que algumas pessoas tenham um número de RG diferente em cada estado, ou seja, há duplas e até poliidentidades, facilitando o estelionato. No sistema nacional, ficaria a cargo dos institutos de identificação de cada estado a responsabilidade pelos cadastros emitidos ao órgão de identificação da união. Dessa forma, os estados manteriam seu acervo de impressões digitais e o banco de dados cadastrado do portador em arquivo próprio. E caberia à União a responsabilidade pela produção das cédulas de identidade e seu envio diretamente aos cidadãos, pelos correios, ou aos órgãos estaduais, para estes efetivarem a sua distribuição ao cidadão.”

Dercy de Sousa Alves, de Bom Sucesso (MG)

REFORMA POLÍTICA

“Sugiro que seja discutido, na reforma política, um projeto que determine o fim da reeleição, pois diminuiria a corrupção e daria oportunidades para que outras pessoas pudessem ocupar um cargo de vereador, deputado ou senador.”

Israel Rodrigues de Lima, de Camocim de São Félix (PE)

Pergunte ao Senador

CPMF

Átila de Macedo Cardoso, de Salvador (BA)

“O que o Senado Federal está fazendo para acabar com a carga tributária do país?”

O senador José Agripino (DEM-RN) responde:



No caso do meu partido, o Democratas, estamos rejeitando todos os projetos que impliquem aumento de alíquota e votando a favor de projetos que possam significar uma redução da carga tributária absurda que o brasileiro é obrigado a pagar hoje. Nesse momento, o que o DEM está fazendo é carregar a bandeira, quase que solitário, contra a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que talvez seja o mais perverso entre os tributos, por ser um imposto que é pago até sobre outro imposto. Você é obrigado a pagar CPMF sobre ICMS, sobre IPI, IPVA, PIS e outros. A CPMF foi criada para melhorar a situação da saúde no país. A pergunta que eu faço é: a saúde no Brasil melhorou? A CPMF, com o atual percentual de 0,38%, foi eficaz para melhorar a condição de saúde do brasileiro? As filas do SUS melhoraram? O desempenho dos hospitais públicos está perto, como disse o presidente Lula, da perfeição? Creio que está muito distante. O imposto que se cobra, e que é antipático, não foi eficaz, não produziu resultado. A sociedade paga e não vê resultado. Está na hora de acabar. A Constituição marca a data para o fim da CPMF: 31 de dezembro.

Agora é lei

Lei facilita transplantes

Os hospitais não credenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para realizar transplantes serão obrigados a ceder suas instalações e oferecer apoio operacional às equipes médicas autorizadas, para a remoção dos órgãos ou tecidos.

A Lei 11.521, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem como objetivo facilitar a doação de órgãos e a sua remoção, uma vez que a morosidade nesses procedimentos tem prejudicado pessoas que estão na fila aguardando por transplantes. São comuns os casos de pacientes que morrem em hospitais não credenciados pelo SUS, cujos órgãos e tecidos poderiam ser aproveitados para a doação.

O projeto também obriga o hospital a fazer a notificação e permitir a imediata remoção do corpo do paciente, caso a equipe responsável pelo transplante opte por realizar a retirada do órgão em outro local.

Nos dois casos (remoção do corpo ou dos órgãos), deverá ser constatada a morte encefálica do paciente, como determina a Lei 9.434/97 – que regulamentou os transplantes no Brasil. Além disso, os custos serão cobertos pelo SUS. Ainda segundo o projeto, o hospital que dificultar a remoção do corpo ou dos órgãos poderá ser multado.

De acordo com o Sistema Nacional de Transplantes, o Brasil possui atualmente 555 estabelecimentos de saúde e 1.376 equipes médicas autorizadas a realizar transplantes. O número de cirurgias feitas por ano é inferior a 20 mil, sendo que a lista de espera, em 2006, era de quase 64 mil pessoas. Isso inclui pacientes que aguardam doações de coração, córnea, fígado, pâncreas, pulmão e rim.

A lei entrará em vigor 90 dias depois de sua publicação no Diário Oficial da União de 19 de setembro.

Frases

“Quem é mais infiel? Quem saiu, por exemplo, do PT, por discordar do encaminhamento das coisas, ou quem ficou e aceitou a mudança de princípios?”

Cristovam Buarque, ao comentar a decisão do STF de considerar que os mandatos pertencem ao partidos.

“Talvez o erro maior tenha sido pôr os dois senadores na CCJ”

Valdir Raupp, ao justificar a exclusão de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS) da CCJ.

“As histórias de Simon e Jarbas se confundem com o partido, foram construídas conjuntamente com o PMDB. É uma atitude que não faz bem a esta Casa nem à democracia brasileira”

Heráclito Fortes, protestando contra a destituição de Simon e Jarbas da CCJ.

“Eu achava que éramos quase santos, na luta, na resistência, no combate; depois fui ver que, no poder, tudo é diferente, com a caneta é diferente”

Pedro Simon, em referência a Ulysses Guimarães e aos que lutaram pela redemocratização.

“Não está se criando caça às bruxas”

Tasso Jereissati, sobre projeto que afasta da Mesa senadores que responderem a processos no Conselho de Ética.

“Estamos criando um manual para se derrubar presidente do Senado”

Wellington Salgado, ao criticar o mesmo projeto.

“Não aceito essa insinuação. Vim ao Senado para ser senador, não militante de tropa de choque”

Jarbas Vasconcelos, em resposta a Wellington Salgado.

“Não sou advogado de Renan Calheiros. Aqueles que não me respeitaram serão desrespeitados, na mesma medida”

Almeida Lima, sobre a escolha de seu nome para relatar processo contra Renan Calheiros no Conselho de Ética

Foto da Semana

Atletas e ex-atletas estiveram no Congresso na última quarta-feira para reivindicar que 1% do Orçamento da União seja destinado ao esporte. Na foto, o senador Alvaro Dias (D), que presidia a sessão, recebe o mesatenista Hugo Hoyama, recordista de medalhas de ouro nos Jogos Pan-Americanos. À esquerda, o senador Sérgio Zambiasi e a presidente da Frente Parlamentar do Esporte, deputada Manuela D'Ávila



GERALDO MAGELA

A crise do sistema de saúde

A crise na saúde é o tema do Conexão Senado desta segunda-feira, ao meio-dia. A área é um dos grandes desafios do governo federal, cuja crise atinge principalmente o Nordeste, que mais sofre com o problema. Um em cada dez moradores da região depende exclusivamente do sistema público de saúde.

Episódios recentes, como as greves dos médicos nos estados de Pernambuco e Alagoas, trouxeram à tona a gravidade do problema.

No Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto apelidado por seu autor, Tião Viana (PT-AC), de PAC da Saúde, que regulamenta a Emenda 29 à Constituição, promulgada em setembro de 2000. A emenda tornou obrigatória a aplicação de percentuais fixos em ações e serviços públicos de saúde, pela União, estados e municípios.



Recepção de hospital público em Salvador (BA): crise na saúde é tema de debate na Rádio

EDSON RUIZ/FOLHA IMAGEM

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

Ameaça internacional sobre a Amazônia

A cobiça internacional em torno da floresta amazônica é o tema do programa Diplomacia, da TV Senado, que vai ao ar neste fim de semana. Estudiosos, militares e autoridades foram procurados para falar sobre o assunto. O Diplomacia será exibido neste sábado, às 22h30, e no domingo, às 9h e às 16h30.

O programa traz também uma entrevista exclusiva com o presidente de Moçambique, Armando Guebuza, que fala sobre as realizações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa naquele país.

As decisões tomadas pelo Parlamento do Mercosul e os planos da Agência das Nações Unidas para os Refugiados em relação às 40 famílias de palestinos expulsas do Iraque e abrigadas pelo Brasil também estão no programa, além de dicas de livros e cinema sobre política internacional e relações exteriores.

Consultor fala sobre risco de apagão em 2011

Com apresentação de Cezar Motta, da Rádio Senado, o programa Senado Economia entrevista nesta segunda-feira, às 8h30, o consultor legislativo do Senado e ex-assessor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Omar Abud. Ele fala dos riscos de apagão elétrico em 2011, da alta nos preços de energia elétrica e gás e das perspectivas para o setor.

Advogada explica lei que combate agressão a crianças

Ana Celina Hamoy, advogada do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Belém (PA), mostra, no programa Fique por Dentro da Lei, da Rádio Senado, como agem os agressores contra crianças e adolescentes e como reagem as vítimas da violência.

Segundo a advogada, esse tipo de agressão é uma triste realidade do país. O pior é que muitas vezes os atos de abuso são praticados por pessoas próximas às crianças, como parentes e amigos. O programa vai ao ar nesta terça-feira, às 8h30.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO - 13.10.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras - Luiz Coronel
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Eco Senado
4h30 - De coração - avaliação aardiocvascular não-invasiva
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado
7h15 - Eco Senado
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
9h30 - Leituras (reprise)
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - O Evangelho segundo São Matheus - Johann Sebastian Bach
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Eco Senado
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira - Civilização do Couro
16h30 - Salão Nobre - Niège Guidon
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras (reprise)
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Salão Nobre (reprise)
22h30 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Dias de Picasso - 2ª Parte

DOMINGO - 14.10.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Eco Senado
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras - Luiz Coronel
4h30 - De coração - avaliação cardiovascular não-invasiva
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras (reprise)
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - O Evangelho segundo São Matheus - Johann Sebastian Bach
11h - Alô Senado
11h15 - Eco Senado
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural - Dias de Picasso - 2ª Parte
15h30 - Mesa Brasileira - Civilização do Couro
16h30 - Diplomacia
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras (reprise)
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Salão Nobre - Niège Guidon
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De coração (reprise)
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Johann Sebastian Bach

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - ¾

RESENHA

O Brasil-Colônia segundo Capistrano de Abreu

ALEXANDRE GUIMARÃES

João Capistrano de Abreu era um daqueles intelectuais sui generis que não temiam ir contra a maioria e, embasados pelo profundo estudo, resolviam testar novas hipóteses e chegar a novas conclusões. Assim foi quando, em 1907, publicou Capítulos de história colonial, agora reeditado como volume 65 das Edições do Senado Federal.

O livro marcou mais um momento da vida do historiador, lingüista e ensaísta cearense Capistrano de Abreu. Numa época em que poucos historiadores tinham a coragem de lançar dúvidas às idéias apresentadas na História geral do Brasil, do também genial Francisco Adolfo de Varnhagen (a obra era até então a "bíblia" da historiografia nacional), Capistrano relança novas perspectivas para o estudo do período colonial. A partir de então, abriria caminho à discussão de "cláusulas pétreas" da história brasileira a muitos outros: Gilberto Freyre, Celso Furtado e Caio Prado Jr., até hoje em dia, com Eduardo

Bueno.

Inicia o livro tratando dos "antecedentes indígenas" e dos aspectos gerais da terra brasileira. Parte, em seguida, para o que chamou de "fatores exóticos", que levaram ao achamento do Brasil pelos navegantes portugueses. A obra continua com análise da colonização, em especial dos fatores que levaram à conquista do interior e à formação de nosso povo.

O último capítulo do livro, "Três séculos depois", apresenta um esboço de análise sociológica do povo brasileiro após os 300 anos iniciais que se conclui na assertiva: "Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos".



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro Capítulos de história colonial, de Capistrano de Abreu, volume 65 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Senado expõe novos talentos em escultura

O Senado Federal inaugura nesta terça-feira, às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional, a terceira edição da exposição Artistas Brasileiros, que neste ano apresenta novos talentos da escultura.

Os escultores que participam da mostra representam todas as regiões brasileiras e foram indicados pelos senadores de seus respectivos estados. A exposição procura fazer um retrato da diversidade cultural brasileira, desde a tradi-

ção indígena até a arte contemporânea.

O público poderá apreciar a heterogeneidade das artes plásticas do país com o uso das mais variadas matérias-primas: madeira, ferro, alumínio, plástico e barro, entre outras.

Artistas Brasileiros 2007 – Novos Talentos em Escultura fica em cartaz até 31 de outubro, das 9h30 às 17h. A entrada é franca. Mais informações pelo telefone (61) 3311-2974/1583 ou pelo e-mail srp@senado.gov.br.



DIVULGAÇÃO

Ariano Suassuna, em escultura do cearense Válber Benevides, participante da mostra

Interlegis promove software livre

"As vantagens do software livre" foram apontadas nos debates do I Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia (Gitec), realizado na sede do Programa Interlegis e que terminou na última sexta-feira. Cerca de cem pessoas, entre representantes de câmaras municipais de todo o país e de técnicos do Interlegis, ouviram as discussões sobre modernização tecnológica.

O chefe do setor de informática da Câmara Municipal

de Campinas (SP), Sérgio Damiani, citou o corte de gastos, a impossibilidade de pirataria e o desenvolvimento de recursos próprios como algumas das vantagens possibilitadas pelo uso do software livre.

Para integrar e modernizar as casas legislativas, o Programa Interlegis criou o projeto Portal Modelo, que oferece ao internauta todas as informações sobre as atividades das casas legislativas, tornando-as mais transparentes. O diretor do

Programa Interlegis, Márcio Sampaio, disse que o Gitec é essencial para o Legislativo. O coordenador do encontro, Cristiano Campos, acrescentou que o objetivo é melhorar o trabalho das câmaras legislativas.

A atualização do conhecimento e da informação e a necessidade de organizações em rede foram destacadas pelo analista de informática do Senado Federal Paulo Fernandes Júnior – um dos pioneiros do Gitec.

Arquivo aberto

Há 15 anos o Brasil perdia Ulysses

Em 12 de outubro de 1992, morreu Ulysses Silveira Guimarães, o dr. Ulysses, em acidente de helicóptero após sair de Angra dos Reis, litoral do Rio de Janeiro, com destino a São Paulo. Nasceu em Rio Claro (SP) no dia 6 de outubro de 1916. Parlamentar por mais de quatro décadas, participou dos principais acontecimentos da vida nacional e presidiu a Assembléia Nacional Constituinte que promulgou a Constituição brasileira de 1988.

O programa 180 anos de Senado Federal, da TV Senado, lembrou que, "ao abrir a primeira sessão da Constituinte em 2 de fevereiro de 1987, Ulysses salientava a obrigação dos parlamentares de promover grandes mudanças: "A na-

ção quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: mudar para vencer! Muda, Brasil!"

Um mês depois da morte do deputado, o senador Mauro Benevides prestou sua homenagem: "Cada um de nós, ao se contemplar sob esse imponente recinto, sob outras dependências onde ele foi o mestre dos pareceres, dos votos e da própria Constituição que nos rege, não pode deixar de estremecer diante da impressão de que entre nós há uma cadeira vazia, de que falta alguém nos gabinetes, nos corredores da Câmara e nas bancadas do Plenário, falta Ulysses Guimarães".

O senador Pedro Simon, em 13 de outubro de 2000, disse, ao lembrar do amigo: "Quando larga a presidência do PMDB, que tinha ocupado durante tanto tempo, vai para o Plenário e diz: saio da presidência, venho para a planície, mas não baixo as armas e não deixo de continuar a caminhada da minha luta. Continuarei lutando pela democracia, pela liberdade, pela justiça social, pelo meu povo. Não morrerei na cama; morrerei em um combate. E mais adiante diz dr. Ulysses: que bom morrer no mar, que bom ter como túmulo o nosso mar e morrer em meio à caminhada em pleno mar. E ele dizia isso poucos dias antes de o helicóptero cair. O dr. Ulysses era apaixonado pelo mar".



FERNANDO BIZERRA/CD

Em uma de suas mais conhecidas imagens, Ulysses ergue a Constituição de 1988

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Fies custeia 50% do curso superior

Criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) custeia o pagamento das mensalidades do curso superior. Desde sua criação, beneficiou mais de 450 mil estudantes, num

total de R\$ 4,5 bilhões investidos, segundo informações do Ministério da Educação (MEC). Hoje há 430 mil contratos ativos e 1,5 mil instituições cadastradas. Veja nesta edição quais são as regras e como candidatar-se ao financiamento.

Requisitos para se candidatar ao programa

O Fies é executado pela Caixa Econômica Federal – e os requisitos para se candidatar são:

- ✓ Estar regularmente matriculado em curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) de instituição de ensino superior não gratuita, cadastrada no Fies e com avaliação positiva do MEC.
- ✓ Ter renda familiar maior que o valor da mensalidade do curso a ser financiado.
- ✓ Não estar recebendo ou ter recebido outro Fies, não ser bolsista integral do ProUni e não ter sido beneficiado pelo antigo programa de crédito educativo.
- ✓ Não ter trancamento geral de disciplinas.
- ✓ Não ter restrições cadastrais (essa regra está sendo questionada pelo Ministério Público, que obteve liminar impedindo a Caixa de exigir idoneidade cadastral do estudante).

A inscrição é feita no site da Caixa – www3.caixa.gov.br/fies. O candidato deve fazer a simulação do financiamento disponível neste endereço, preencher a ficha de inscrição, imprimir o protocolo em duas vias e entregá-lo à instituição onde estuda, que deve fazer a inscrição no sistema da Caixa e devolver uma das vias protocoladas ao candidato.

Informações – 0800-726 0101 (0800-726 2492, para pessoas com deficiência auditiva). No endereço www3.caixa.gov.br/fies/asp/Consultas/ConsIES-Credenciadas.asp estão listadas todas as escolas participantes do programa.

Todas as instituições de ensino participantes do Fies são obrigadas a constituir Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento do Fies, encarregada do atendimento aos estudantes.



Alunos do UniCeub (DF): Fies atende estudante matriculado em instituição credenciada pelo MEC

Quais são as prioridades para concessão

1. Beneficiários de bolsas parciais de 50% do Programa Universidade para Todos (ProUni). Esse bolsista não precisa participar da seleção do Fies e a sua inscrição é feita em período diferente dos demais candidatos.
2. Beneficiários de bolsas parciais de 50% complementares à do ProUni, oferecidas pela própria escola, com prioridade para os matriculados em cursos de Licenciatura e Pedagogia.
3. Matriculados em escolas participantes do ProUni.
4. Matriculados em demais insti-

tuições de ensino superior.

Entre os estudantes que se enquadram nos itens 3 e 4, têm prioridade os matriculados nos cursos com os melhores resultados nas avaliações do MEC. Os estudantes sem curso superior também têm prioridade em relação aos que já têm.

Além das prioridades, a distribuição dos recursos leva em conta a região, estado e curso, de acordo com critérios estabelecidos pelo MEC, e é feita de forma diretamente proporcional ao número de candidatos inscritos

em cada estado.

São priorizados os cursos de Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior e aqueles com melhores conceitos na Avaliação das Condições de Graduação (ACG), feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

No prazo definido pelo MEC, o candidato aprovado na entrevista da comissão do Fies deve procurar uma agência da Caixa no prazo definido pelo MEC para assinar o contrato.

Critérios de seleção

Ao preencher a ficha de inscrição, o candidato deve fornecer os seguintes dados, a serem comprovados perante a comissão do Fies

- ✓ Renda bruta total mensal familiar
- ✓ Número de pessoas da família
- ✓ Tipo de moradia da família (própria, cedida, financiada, alugada)
- ✓ Doença grave na família
- ✓ Existência de deficiência física (candidato ou pessoa da família)
- ✓ Se existe outro membro da família cursando faculdade privada
- ✓ Tipo de escola onde foi cursado o ensino médio (pública ou privada)
- ✓ Se é professor
- ✓ Se tem ou não curso superior completo
- ✓ Raça/cor
- ✓ Desempenho escolar

Quais são as condições do contrato

Valor financiado – 50% do valor das mensalidades para os estudantes que não são bolsistas parciais do ProUni e 25% para os bolsistas. O restante do valor não financiado da mensalidade é pago diretamente à escola pelo estudante.

Prazo – o prazo máximo de utilização do financiamento é igual ao prazo para conclusão do curso pelo estudante à época de seu ingresso no Fies, observada a duração regular do curso estabelecida pela escola. Excepcionalmente, a pedido do estudante e com concordância formal da comissão do Fies, o prazo do financiamento poderá ser prorrogado por mais um ano.

Taxa de juros (a partir de 1º/7/2006)

- ✓ 3,5% ao ano, capitalizados mensalmente, para os cursos de Licenciatura, Pedagogia, Normal Superior e cursos superiores de Tecnologia (Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia).

- ✓ 6,5% ao ano, capitalizados mensalmente, para os demais cursos.

Garantia – é exigido fiador (máximo de dois), que devem ser pessoas físicas maiores de 18 anos

sem restrições cadastrais e com renda comprovada de, no mínimo, o dobro da mensalidade integral do curso financiado. O cônjuge do estudante ou outro estudante beneficiário do Fies não podem ser fiadores.

Pagamentos – o pagamento é feito em três etapas:

- ✓ Durante o curso – parcelas de juros trimestrais limitadas a R\$ 50.

- ✓ Nos 12 primeiros meses após a conclusão – prestações mensais de valor equivalente à parte da mensalidade que o estudante pagava no último semestre.

- ✓ Saldo devedor restante – parcelado em até uma vez e meia o período de utilização do financiamento, calculando-se o valor das prestações pela tabela Price.

É permitida, a qualquer tempo, a amortização parcial ou liquidação antecipada do saldo devedor. Os estudantes que estiverem em atraso com suas parcelas trimestrais de juros no período de matrículas não terão seus financiamentos renovados.

Saiba mais

Projetos de lei

PLS 6/07 - Prevê a quitação de débito junto ao Fies em caso de morte do estudante. Autor: senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

PLS 124/07 - Garante aos estudantes que tenham quitado 75% da dívida com o Fies sem atrasos desconto na quitação do saldo devedor ou bônus de adimplência nas parcelas. Autora: senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

PLS 530/07 - Estabelece que só deve pagar o Fies o beneficiário que não for isento de pagar imposto de renda. Autor: senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

PLS 304/06 - Cria o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação. Autora: senadora Fátima Cleide (PT-RO).

PLS 15/04 - Institui o Fundo de Aval Garantidor do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Autor: senador Flávio Arns (PT-PR)

